

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

**HUMBERTO PINHEIRO CUTRIM**

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA OS POLICIAIS MILITARES DO 9º  
BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE SÃO LUÍS**

São Luís  
2022

**HUMBERTO PINHEIRO CUTRIM**

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA OS POLICIAIS MILITARES DO 9º  
BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE SÃO LUÍS**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão, em cumprimento das exigências para obtenção do título de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Ten. Cel. Raimundo Mulundú  
Martins Serra Junior

São Luís

2022

Cutrim, Humberto Pinheiro.

Planejamento financeiro para os policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar de São Luís / Humberto Pinheiro Cutrim. – São Luís, 2022.

59 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Formação de Oficiais PM-MA, Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientador: Prof. Ten. Cel. QOPM Raimundo Mulundú Martins Serra Júnior.

**HUMBERTO PINHEIRO CUTRIM**

**PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA OS POLICIAIS MILITARES DO 9º  
BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR DE SÃO LUÍS**

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Universidade Estadual do Maranhão, em cumprimento das exigências para obtenção do título de Bacharel em Segurança Pública.

Aprovado em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

**Ten. Cel. QOPM Raimundo Mulundú Martins Serra Junior (Orientador)**  
Polícia Militar do Maranhão

**Prof. Me. Airton Feitosa Cunha**  
Universidade Estadual do Maranhão

**Ten. Cel. QOCBM Thiago Paiva Siqueira**  
Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão

Dedico este trabalho inicialmente a Deus, por ser a base da minha vida, meu grande amigo. E também dedico este trabalho a minha mãe e meu pai por serem as pessoas mais importantes da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus que sempre esteve ao meu lado durante toda a minha vida e que estará comigo até o final.

Agradeço bastante e de forma muito especial a minha mãe, a pessoa mais importante na minha vida, aquela que sempre e não importa a situação está junto de mim. Desde o primeiro dia até hoje ela sempre me auxiliou.

Agradeço muito ao maior amigo que tenho na vida, meu grande pai. Sempre foi a base da minha existência, aquele a quem consultava nas dificuldades. Essa vitória é certamente para meu pai.

Agradeço aos meus familiares, minhas avós Raimunda, Maria, Joana, meus tios e tias que também compartilharam momentos marcantes durante o transcorrer desse curso.

Agradeço a minha namorada Pauliete por compartilhar momentos únicos comigo durante esse tempo que estamos juntos e por ser uma companheira atenciosa.

Agradeço a meu orientador e grande amigo Tenente Coronel Serra por ter me orientado na confecção desta monografia além de sempre ter dado apoio e palavras de entusiasmo. Certamente um grande amigo que Deus me deu.

Agradeço a um grande irmão de curso que, infelizmente, perdi durante a batalha do CFO que é o cadete Carlos. Certamente o momento mais triste do curso para mim e meus companheiros. Essa vitória dedico a você meu irmão.

Agradeço também a outro amigo que perdi durante o curso, o companheiro Torres, que futuramente será um grande médico.

Agradeço a todos os meus irmãos de turma, a 24° turma do CFO, por esses quase quatro anos de luta. Como não lembrar da quarentena, do internato, das alegrias e tristezas. O CFO me deu cinquenta e dois irmãos que levarei por toda a vida.

*“A educação financeira tem o poder de mudar vidas. O acesso à informação desenvolve senso crítico e transforma realidades”.*

*Nath Finanças*

## RESUMO

Pesquisas científicas apontam que boa parte da população não sabe lidar com o dinheiro e as ações relacionadas a ele, isto é, a maioria das pessoas não possui educação financeira (SOUZA, 2015). Em vista disso, esta pesquisa objetiva analisar a importância da educação financeira para os policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar de São Luís do Maranhão. Para tanto, adotou-se o paradigma interpretativista, de cunho exploratório, descritivo e bibliográfico, proporcionado por meio de livros, dissertações, teses dentre outros arquivos de relevância científica. O estudo está baseado em ideias de estudiosos, como Anunciato (2018), Braga Junior (2021), Souza (2015), dentre outros autores de relevância reconhecida no âmbito do planejamento financeiro. Além do mais, foi realizado um estudo de caso por meio da aplicação de questionário, este foi aplicado no 9º Batalhão de Polícia Militar de São Luís do Maranhão. Diante disso, pretendeu-se analisar a percepção dos policiais referente ao planejamento financeiro. O estudo mostrou que a educação financeira é de grande importância e não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. Isto é, ela também busca melhorar a qualidade de vida.

Palavras-chave: Educação Financeira. Planejamento Financeiro. Polícia Militar do Maranhão.

## RESUMEN

La investigación científica indica que gran parte de la población no sabe cómo manejar el dinero y las acciones relacionadas con él, es decir, la mayoría de las personas no tienen educación financiera (SOUZA, 2015). Frente a eso, esta investigación tiene como objetivo analizar la importancia de la educación financiera para los policías militares del 9º Batallón de Policía Militar de São Luís do Maranhão. Para ello, se adoptó el paradigma interpretativo, con carácter exploratorio, descriptivo y bibliográfico, proporcionado a través de libros, disertaciones, tesis, entre otros archivos de relevancia científica. El estudio se basa en las ideas de académicos como Anunciato (2018), Braga Junior (2021), Souza (2015), entre otros autores de reconocida relevancia en el campo de la planificación financiera. Además, se realizó un estudio de caso a través de la aplicación de un cuestionario, que fue aplicado en el 9º Batallón de Policía Militar de São Luís do Maranhão. Ante ello, se pretendió analizar la percepción de la policía respecto a la planificación financiera. El estudio demostró que la educación financiera es de gran importancia y no se trata solo de aprender a ahorrar, reducir gastos, ahorrar y acumular dinero. Es decir, también busca mejorar la calidad de vida.

Palabras clave: Educación financiera. Planeamiento financiero. Policía Militar de Maranhão.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA</b> .....	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>História do planejamento e controle financeiro</b> .....	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Conceito de planejamento financeiro</b> .....	<b>17</b>
2.2.1	Planejamento financeiro pessoal .....	18
2.2.2	Planejamento financeiro de curto prazo .....	19
2.2.3	Planejamento financeiro de longo prazo.....	20
<b>2.3</b>	<b>Conceito de controle financeiro</b> .....	<b>21</b>
<b>3</b>	<b>OFERTA DE CRÉDITO, INADIMPLÊNCIA E O ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS</b> .....	<b>23</b>
<b>3.1</b>	<b>Oferta de Crédito no Brasil</b> .....	<b>23</b>
<b>3.2</b>	<b>Inadimplência</b> .....	<b>24</b>
<b>3.3</b>	<b>Causas e consequências da inadimplência</b> .....	<b>26</b>
<b>3.4</b>	<b>Endividamento dos servidores públicos</b> .....	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>9º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR</b> .....	<b>31</b>
<b>4.1</b>	<b>Histórico do 9º Batalhão de Polícia Militar</b> .....	<b>31</b>
<b>4.2</b>	<b>Atividades e endividamento</b> .....	<b>32</b>
<b>4.3</b>	<b>Regimento sobre endividamento pessoal</b> .....	<b>35</b>
<b>4.4</b>	<b>O policial militar e a educação financeira</b> .....	<b>37</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	<b>39</b>
<b>5.1</b>	<b>Local e sujeitos da pesquisa</b> .....	<b>41</b>
<b>5.2</b>	<b>Instrumento de pesquisa</b> .....	<b>42</b>
<b>6</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>43</b>
<b>6.1</b>	<b>Bloco 1- Perfil dos participantes</b> .....	<b>43</b>
<b>6.2</b>	<b>Bloco 2 – Educação Financeira e Endividamento</b> .....	<b>43</b>
<b>7</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>50</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>51</b>
	<b>APÊNDICE</b> .....	<b>58</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O avanço da globalização, o surgimento de novas tecnologias digitais, as facilidades de acesso ao crédito e o aumento do consumo da população têm resultado excessivo endividamento pessoal. Nesse sentido, boa parte da população passa a comprometer uma parcela significativa de suas rendas na compra de bens e serviços. Ou seja, as pessoas ignoram o controle de gastos de suas finanças, abrindo mão de detalhes importantes, como os fatores que as levam a gastar. (LOPES, 2019).

Dessa forma, verificam-se taxas de crescimento do endividamento ao decorrer dos anos, assim, é imprescindível que o brasileiro tenha um direcionamento proveniente da educação financeira. (BRAGA JUNIOR, 2021). Entende-se por educação como um processo que objetiva o desenvolvimento intelectual e moral do ser humano, já a palavra financeira refere-se ao estado financeiro. (DICIONÁRIO MICHAELIS, 2020).

Portanto, a educação financeira pode ser definida como o meio pelo qual um indivíduo adquire conhecimento sobre finanças, esta pode auxiliar o indivíduo a ter uma melhor qualidade de vida, visto que o sujeito passa a desenvolver competências importantes para uma boa gestão financeira. (ANUNCIATO, 2018).

Em vista disso, será abordado, no primeiro capítulo, a educação financeira, com seus conceitos básicos, a questão histórica do planejamento e controle financeiro. Se adentrará no significado de planejamento financeiro, em nível pessoal, em curto e longo prazo. Também focará no conceito de controle financeiro e como pode contribuir para o planejamento financeiro.

No segundo capítulo, será abordado a oferta de crédito, inadimplência e endividamento dos servidores públicos, visto que a má administração financeira pode evidenciar uma fragilidade financeira preocupante, sobretudo porque inúmeros indivíduos passaram a comprometer boa parte de suas rendas com dívidas, isto é, no Brasil, a facilidade de aquisição de crédito provoca o endividamento de milhares de pessoas, visto que permite, por meio do parcelamento, gastos acima do teto financeiro mensal do indivíduo. (BRAGA JUNIOR, 2021).

Dentre os indivíduos que recebem ofertas de crédito, estão os servidores públicos. De acordo com Souza (2015), existem dois fatores que explicam o endividamento deste público: a estabilidade e o salário, visto que o servidor público

no Brasil ganha cerca de 40% a mais que a média dos trabalhadores da iniciativa privada.

Assim, no terceiro capítulo, será abordado o 9º Batalhão de Polícia Militar, visto que no quadro de servidores públicos, se encontram os policiais militares que, em geral, possuem um salário inicial entre R\$ 3.391 e R\$ 4.930,00, com a média salarial de R\$ 4.058. Além disso, cada Estado oferece benefícios aos policiais que incluem auxílio alimentação, hora extra remunerada, gratificação por atividade de risco, adicional por tempo de serviço, entre outros. (BRAGA JUNIOR, 2021).

A relevância desta pesquisa está em mostrar como o endividamento afeta todos os contextos da vida de um policial militar, impactando sua vida laboral e a relação dele com as pessoas ao seu redor. No âmbito acadêmico, este estudo visou colaborar com as pesquisas relacionadas ao endividamento para o policial militar. No que se refere ao âmbito social, a relevância se mostrou em contribuir para compreensão das problemáticas da falta de educação financeira.

Portanto, este estudo tem como problema: Qual a importância da educação financeira para os policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar de São Luís do Maranhão? Tem-se como hipótese que o planejamento financeiro contribui sobremaneira para que o policial militar possa administrar bem sua vida financeira, honrar seus compromissos e ter um serviço cotidiano com menos preocupações.

A fim de responder a problemática tem-se como objetivo geral analisar a importância da educação financeira para os policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar de São Luís do Maranhão. Além disso, tem-se como objetivos específicos: apresentar o conceito e os benefícios advindos da educação financeira para o policial militar; mostrar os impactos negativos da falta de planejamento financeiro para o policial militar e discorrer sobre os motivos que levam o policial militar ao endividamento.

Para chegar aos objetivos propostos, utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa, ademais, foi realizado um estudo de caso no 9ºBPM. Isto é, pretendeu-se analisar a percepção dos policiais referente ao planejamento financeiro. Portanto, o quinto capítulo tratará sobre a metodologia que contribuiu para a formação deste trabalho. Após, tem-se os resultados do questionário aplicado, em seguida, a conclusão e as propostas de intervenção e por fim as referências deste trabalho.

## 2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O mundo contemporâneo, no qual mudanças estão constantemente acontecendo em diversos segmentos sociais, impõe aos indivíduos o domínio de conhecimentos múltiplos para que melhor possam viver. Destaca-se, entre esses, o conhecimento sobre finanças, este de extrema importância, uma vez que a questão financeira perpassa a maioria dos momentos da vida. No entanto, pesquisas científicas apontam para o fato da maioria das pessoas não saber lidar com o dinheiro e as ações relacionadas a ele, isto é, a maioria das pessoas não possui educação financeira.

O uso do cartão de crédito, a solicitação de um empréstimo bancário, o financiamento de um imóvel, a poupança e os investimentos financeiros são exemplos de práticas financeiras que demandam reflexões dos indivíduos e tomadas de ações pautadas por diferentes motivos, a educação financeira envolve todos eles.

No final dos anos 90 e início do século 21, crises financeiras ocorreram em diversos países, causando preocupação nas autoridades, sobretudo em como o comportamento dos indivíduos poderia contribuir para o agravamento ou final das crises, diante disso, houve o lançamento de programas que visavam educar financeiramente as pessoas em conjunto com as escolas e/ou instituições bancárias. (ARAÚJO; CALIFE, 2014).

Na busca pela implementação de programas educacionais voltados para as finanças, destaca-se a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma instituição que preza pelo desenvolvimento econômico e o bem-estar social por meio da cooperação de seus países membros. O Brasil deu início a sua parceria com a OCDE nos anos 90 e, atualmente, é considerado um parceiro estratégico, realizando trabalhos em conjunto, inclusive, voltados para a educação de modo geral. A definição dada pela instituição à educação financeira é amplamente citada, sendo ela:

Educação Financeira é o processo pelo qual consumidores/investidores aperfeiçoam seu entendimento dos produtos e conceitos financeiros e, por meio de informação, instrução e conselhos objetivos, desenvolvem habilidades e confiança para tornarem-se mais conscientes dos riscos e das oportunidades financeiras, para tomarem decisões com base em informações, para saber onde buscar ajuda e para realizar outras ações efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro. (OCDE, 2005, p.11).

Assim, de acordo com esse conceito, a educação financeira parte do desenvolvimento do saber das pessoas sobre os produtos e conceitos financeiros,

para que, ao final, possam tornar-se conscientes e tomar melhores decisões. Observa-se, então, o objetivo de fazer com que os indivíduos atuem com cautela ao lidar com dinheiro e administrem suas finanças de forma autônoma mesmo nas situações mais desfavoráveis. (SARAIVA, 2017).

No Brasil, há a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF, que foi instituída por meio do Decreto Federal 7.397/2010, e renovada pelo Decreto Federal nº 10.393, de 9 de junho de 2020, reúne representantes de 8 órgãos e entidades governamentais, que formam o Fórum Brasileiro de Educação Financeira – FBEF. O objetivo da ENEF é “contribuir para o fortalecimento da cidadania ao fornecer e apoiar ações que ajudem a população a tomar decisões financeiras mais autônomas e conscientes”. (BRASIL, 2017, p.1).

Uma das iniciativas da ENEF é o site Vida e Dinheiro que oferece cursos sobre educação financeira, além de disponibilizar informações sobre essa temática no Brasil. Ao acessar o site, observa-se a utilização do conceito de educação financeira proposto pela OCDE e a sinalização para o fato de que, com a mudança de classes sociais observada nas últimas décadas, fez-se necessário ofertar conhecimentos sobre finanças para as pessoas que aumentaram o seu poder de compra. (BRASIL, 2017).

É válido destacar que, no Brasil, várias instituições privadas, sobretudo os bancos, ofertam cursos e aplicativos sobre finanças para seus clientes e até mesmo para a comunidade, em sentido amplo, através de plataformas educacionais. Observa-se também que, por meio das redes sociais e plataformas de vídeo, profissionais da área financeira, administrativa ou entusiastas do assunto criam vídeos, livros, cursos e webnários a fim de ensinar sobre poupança, investimento, planejamento financeiro etc., ou seja, buscam promover a educação financeira.

Alguns estudos sobre o tema fazem críticas aos modelos escolares por não fornecerem aos seus alunos o conhecimento necessário para lidar com as situações que envolvem dinheiro. No Brasil, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) tem lançado alguns projetos para ensinar sobre o assunto para professores e alunos. A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) inclui educação financeira como um dos temas transversais que deverão constar nos currículos escolares. (ANUNCIATO, 2018).

Portanto, nota-se a relevância dada ao assunto para diversas instituições, isto é, torna-se de grande importância implementar cursos sobre a temática em

diversas entidades, dentre estas tem-se os cursos regulares da Polícia Militar do Maranhão, em que se faz necessário sensibilizar os agentes em formação da importância do equilíbrio financeiro para obter mais qualidade de vida, tranquilidade e motivação.

## **2.1 História do planejamento e controle financeiro**

Planejamento é o ato de planejar algo, nesse processo são adotados métodos apropriados para o alcance das metas estabelecidas inicialmente. (MICHAELIS, 2021). O planejamento de uma determinada ação, tarefa ou evento faz parte do cotidiano das pessoas, ainda que inconscientemente. Nos estudos que se dispõe a estudar esse fenômeno, na perspectiva financeira, observa-se a distinção entre planejamento financeiro pessoal, planejamento financeiro familiar e planejamento financeiro empresarial, neste trabalho, focaremos no primeiro tipo.

O surgimento do planejamento financeiro pessoal remonta aos Estados Unidos no final da década de 1960. Nesse período, um grupo de profissionais do mercado de seguros identificou os benefícios que as pessoas poderiam ganhar ao utilizar a assistência de profissionais com conhecimento e prática em diferentes áreas da indústria variada do setor de serviços financeiros que surgiu após a Segunda Guerra Mundial com o desenvolvimento de produtos e serviços financeiros para atender às necessidades da população americana da época. (SIQUEIRA; LIMA, 2012).

Araújo e Calife (2014), ao traçarem uma linha do tempo sobre a educação financeira no Brasil, destacam que, até meados dos anos 1990, interessava esse assunto às pessoas que possuíam condições financeiras, com o foco sobretudo em investimentos.

Grande parte da população era acometida pelos efeitos da instabilidade da moeda brasileira, assim, era praticamente impossível para a maioria das famílias pensar em planejamento financeiro, uma vez que o dinheiro se esvaía rapidamente na compra de produtos essenciais, como destacam os autores:

Altos índices de inflação, associados a baixa bancarização, crédito escasso e pouco acesso à informação desenhavam um cenário em que o brasileiro médio não conseguia planejar sua vida financeira, nem a curto ou a longo prazo. Na verdade, mal via a cor de seu dinheiro, que circulava rapidamente na troca por produtos necessários para o dia a dia das famílias a fim de evitar a inevitável perda do seu poder de compra. Qualquer planejamento era praticamente impossível. (ARAÚJO; CALIFE, 2014, p. 1).

Contudo, em 1994, com a instituição do plano real, a economia do país melhorou significativamente, houve a estabilização da moeda, geração de empregos e acesso a créditos, fazendo com que muitas pessoas elevassem a sua classe social e, portanto, passassem a ter acesso a mais dinheiro e, conseqüentemente, consumir mais. (BRITZKE, 2017).

Nesse período, as receitas das empresas aumentaram significativamente, essa corresponde normalmente ao produto de venda de bens ou serviços, chamado no Brasil de faturamento. Conseqüentemente, as despesas também aumentaram, essa é entendida como todo o gasto de caráter geral, relacionado com a administração e vendas. Frente a esse cenário, percebeu-se a importância de pensar em ofertar informações para esse grupo emergente e começou a ser possível falar em planejamento financeiro. (ARAÚJO; CALIFE, 2014).

Outro conceito importante para a educação financeira, e que será discutido neste trabalho, é o de controle financeiro, este caminha ao lado do planejamento financeiro, pois ambos se caracterizam como sendo processos de gerenciamento do dinheiro. O controle financeiro é entendido como uma ferramenta extremamente importante e surge principalmente quando se começa a pôr em prática o estipulado inicialmente.

Controle financeiro diz respeito ao registro físico de todas as movimentações financeiras feitas ao longo do mês, ao ser realizado, possibilita o conhecimento do quanto se está gastando e com o quê, assim pode-se cortar gastos desnecessários e poupar. (BV, 2021).

A partir da realização do controle financeiro pode-se analisar a situação financeira, uma vez que ele disponibiliza dados precisos e, também, estabelecer um diagnóstico. (BV, 2021). Nesse sentido, de acordo com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (2018), pode-se dizer que o controle financeiro está relacionado a três noções básicas: registrar despesas e receitas; usar o orçamento familiar já estipulado; e consumir de uma forma consciente de modo a não gerar dívidas que impactem no planejamento.

O controle das finanças pode tornar-se complexo, de uma forma geral, nota-se que as pessoas têm dificuldade em controlar sua vida financeira, seja por não disporem de tempo para se organizar, seja por carecerem de ferramentas de fácil manuseio etc. Essa dificuldade pode fazer com que as pessoas acabem gastando

muito mais do que sua renda, simplesmente porque não podem controlar a sua própria despesa. (BRITZKE, 2017).

É importante destacar que, embora possa ser dificultoso o hábito de registrar as entradas e saídas do orçamento, ele é imprescindível e, como destaca a CVM, “O controle financeiro não é algo estático, que se conquista em um determinado período apenas. É uma prática que precisa ser mantida ao longo da vida” (CVM, 2018, p. 6).

Também é válido observar que o controle financeiro pessoal não se limita a decisões de quanto ou onde gastar, haja visto que abrange as ponderações em relação aos custos, opções de investimento e crédito, bem como controle de fluxo de caixa pessoal, e o objetivos pessoais. (ANDRADE; CARRARO, 2018).

## **2.2 Conceito de planejamento financeiro**

O planejamento é a mais básica função e a primeira etapa de qualquer projeto, nele, busca-se cuidadosamente todos os fatores relevantes para que se possam tomar decisões eficientes e coerentes (MARQUES, 2008). Hoji (2006, p. 385) disserta que:

O planejamento consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidas, estimando os recursos a serem utilizados e atribuindo as responsabilidades para atingir os objetivos fixados.

De modo geral, pode-se dizer que planejamento financeiro consiste em organizar as finanças e traçar medidas estratégicas para alcançar uma meta, podendo ser realizado a nível empresarial ou individual.

Atualmente, observa-se um crescente interesse do cidadão leigo em aprender sobre como organizar seus gastos, a fim de quitar dívidas, poupar para a aposentadoria, comprar um bem, construir uma reserva de emergência etc. Também se percebe que o governo, as instituições bancárias e especialistas no assunto buscam ensinar a população a planejar seus gastos, poupanças e investimentos. Gitman (2001, p. 434) conceitua da seguinte forma:

O planejamento financeiro é um aspecto de grande importância para as operações das empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos.

Nesse sentido, um bom planejamento financeiro pode tanto garantir o bem-estar individual e familiar quanto garantir o sucesso de uma empresa. Algumas questões importantes podem ser respondidas apenas utilizando o planejamento financeiro, a exemplo: como aproveitar oportunidades de investimento; como determinar o nível aceitável de dívida; e como determinar a porção de lucros conquistados. (FARIA, 2008).

É possível classificar dois tipos de planejamento financeiro, o de curto prazo e o de longo prazo. O planejamento de longo prazo é baseado em um período de 2 a 10 anos. Já o planejamento de curto prazo é responsável pelas tomadas de decisões com base em um período de 1 a 2 anos. (FARIA, 2008).

Para fazer um bom planejamento financeiro, pode-se utilizar alguns artifícios, como: tabelas, planilhas orçamentárias ou utilizar aplicativos de gestão financeira para comparar o total de receitas e despesas no período. (SANTOS, 2014).

Vilain e Pereira (2013) destacam a dificuldade que algumas pessoas possuem para organizar e planejar as suas finanças, os autores atribuem isso à mentalidade consumista que paira na sociedade e à ausência do hábito de poupar que dá lugar ao hábito de adquirir bens e objetos de maneira desenfreada. No tópico seguinte, discutiremos o planejamento financeiro a nível pessoal e seu impacto.

### 2.2.1 Planejamento financeiro pessoal

O saber equilibrar os gastos com os rendimentos, de forma que não acumule dívidas e nem prejudique o bem familiar e pessoal, não é algo que muitas pessoas dominam. De acordo com uma recente pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), cerca de 12 milhões de famílias estão endividadas, sendo que 10,1% dos entrevistados afirmam que não terão condições de realizar o pagamento de suas dívidas futuras. (JANONE, 2021). Dessa forma, observamos a falta de conhecimentos relacionados às finanças.

Pode-se dizer que planejamento financeiro pessoal se baseia no estabelecimento e seguimento de uma estratégia mais ou menos decidida e dirigida para a manutenção ou acumulação de bens e valores que, no futuro, formarão o patrimônio de uma pessoa e de seu grupo familiar. (LOPES, 2019). Cerbasi (2004), ao discutir sobre finanças pessoais e enriquecimento, propõe que:

Planejamento financeiro pessoal significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão

formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazos, e não é tarefa simples atingi-la. (CERBASI, 2004, p. 31).

Em conformidade com o autor, Vilain e Pereira (2013) destacam a importância do comportamento individual para o alcance dos objetivos. Os autores apontam que planejamento e comportamento quando aliados são determinantes para o sucesso financeiro. Lopes (2019) apoia-se no estudo realizado por Santos (2014) e propõe um quadro que faz a síntese de algumas ações para evitar o desequilíbrio financeiro:

Quadro 1 - Síntese de ações para controlar as finanças pessoais

Anualmente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar um orçamento;</li> <li>• Incluir rendas e despesas certas que ocorrerão;</li> <li>• Definir uma margem para aplicação de poupança;</li> <li>• Definir uma margem para eventualidade;</li> </ul>
Mensalmente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Verificar se os gastos se enquadram dentro dos valores previstos;</li> <li>• Fazer uma análise das variações;</li> <li>• Fazer ajustes no orçamento, caso seja necessário;</li> </ul>
Diariamente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registrar todos os gastos para controle e somatório.</li> </ul>

Fonte: LOPES. (2019, p. 35).

A partir desse quadro, pode-se observar que o planejamento financeiro pessoal possibilita a mensuração dos gastos futuros e, também, permite precaver-se de eventuais contratempos e dívidas, com o controle dos ativos e passivos do orçamento, é possível também estabelecer uma poupança.

### 2.2.2 Planejamento financeiro de curto prazo

O planejamento de curto prazo diz respeito a um período entre 1 e 2 anos, assim, esse tipo de plano visa a concretização de um objetivo em um período menor. Gitman (2001, p. 434) estabelece a definição de planejamento financeiro em curto prazo como “Especificação das ações financeiras a curto prazo e o impacto antecipado destas ações”.

Esse tipo de plano financeiro determina as medidas financeiras a serem tomadas durante este período e o impacto esperado dessas ações. (BRAGA JÚNIOR, 2021). Gitman (2001) destaca que o processo de planejar as finanças, inicia-se com planos financeiros de longo prazo, que, por sua vez, guiam a construção dos planos de curto prazo.

No setor empresarial, o planejamento financeiro de curto prazo visa criar e organizar as estratégias que a empresa utilizará para atingir seus objetivos iniciais. (BRAGA JÚNIOR, 2021). Oliveira (2012), discutindo a importância do planejamento financeiro para as empresas, compara o planejamento de curto prazo com o de longo prazo, chegando à conclusão de que não se diferenciam no aspecto da abordagem e método:

Praticamente não há diferença entre planejamento a longo e em curto prazo, no que tange ao método de abordagem. Os mesmos princípios são aplicados na determinação dos itens de venda, custo, despesas, do fluxo de caixa e dos itens do balanço. Diferem apenas quanto à forma de apresentação. Geralmente, o planejamento ao curto prazo é mais detalhado, contendo todos os elementos necessários para o controle interno da empresa. A projeção do planejamento em longo prazo é feita em base anual, em comparação à base mensal do planejamento em curto prazo. (OLIVEIRA, 2012, p. 4).

Faria (2008) assinala que com base em um planejamento financeiro empresarial pode-se montar um planejamento financeiro pessoal, pois os dois processos não se diferenciam tanto, uma vez que prezam pelo sucesso e prosperidade de suas finanças, como bem destaca o autor:

O planejamento financeiro pessoal tem objetivos semelhantes aos das empresas, que entre outros objetivos buscam um crescimento de seus respectivos patrimônios, geração de riqueza para os acionistas assim como para o indivíduo, família. Assim como no planejamento empresarial o planejamento financeiro pessoal é dividido em períodos de curto e longo prazo, permitindo assim um melhor aproveitamento dos recursos. (FARIA, 2008, p. 15).

Braga Junior (2021) destaca que os elementos do planejamento pessoal de curto prazo devem incluir reservas financeiras de emergência, pois é imprescindível estabelecer uma rede de segurança financeira que futuramente pode evitar empréstimos a juros altos que podem levar ao endividamento excessivo. A reserva de emergência, então, garante que frente a imprevistos, as famílias tenham recursos para resolver os problemas. Além disso, esse tipo de planejamento pode visar a obtenção de um bem ou uma conquista viável em um período curto, como uma viagem de férias, por exemplo.

### 2.2.3 Planejamento financeiro de longo prazo

Como assinala Oliveira (2012), o planejamento de longo prazo assemelha-se ao de curto prazo no que tange aos métodos e abordagens, o diferencial reside no

fato do planejamento de longo prazo compreender geralmente um período que leva de 2 a 10 anos.

Considerando a utilização desse tipo de plano no setor empresarial, Oliveira (2012) aponta que são parte de um plano estratégico integrado que, juntamente com os planos de produção, marketing e outros, valem-se de uma série de premissas e objetivos para orientar a empresa a alcançar seus objetivos estratégicos. Segundo Lucion (2005, p. 150) “a falta de planejamento financeiro em longo prazo é o principal motivo de ocorrências de dificuldades e falências de empresas”.

A nível pessoal, esse tipo de planejamento visa o alcance de objetivos maiores e mais demorados. A determinação de tal plano parte da definição do objetivo, com base nele pode-se traçar os prazos e as ações necessárias para o sucesso do plano ao final. Compreender e ter controle financeiro são importantes, pois ao longo do período delimitado faz-se necessário avaliar se o que foi planejado está ocorrendo na prática.

### **2.3 Conceito de controle financeiro**

A palavra controle, de modo geral, significa a ação de controlar, ter domínio sobre algo ou alguém, diz respeito também a capacidade de agir de maneira adequada com a situação. (DICIO, 2021). Na área administrativa, controle é uma função posterior ao planejamento e organização e visa mensurar e avaliar os resultados parciais, observando se estão de acordo com o esperado. De acordo com Marques (2008):

Desta forma, o controle pode ser definido como uma função do processo administrativo, no qual, mediante comparação com os objetivos previamente estabelecidos, procura-se medir e avaliar o desempenho e o resultado de ações com a finalidade de realimentar os tomadores de decisões de modo que possam corrigir e reforçar este desempenho. (MARQUES, 2008, p. 39).

O controle financeiro pode ser compreendido como um processo baseado na análise de toda a situação financeira de uma empresa por meio de vários processos, como avaliação de relatórios financeiros, mudanças no fluxo de caixa, análise de dados patrimoniais, controle de acesso, saldos bancários etc. tudo com vista na prosperidade da empresa. (MARQUES, 2008).

Na perspectiva pessoal, o controle financeiro é peça chave para o alcance dos objetivos planejados e pauta-se no hábito de evitar a tomada de decisões que

prejudiquem o alcance das metas. O controle financeiro é algo básico no cuidado com as finanças e faz parte da rotina de organizar todas as receitas e despesas do período, geralmente mensais, considerando contas fixas e despesas gerais. (TORO, 2021).

Ressalta-se que o controle financeiro pessoal não se limita a decidir quanto ou onde gastar, pois além do controle do fluxo de caixa pessoal, também é necessário considerar a escolha das despesas, investimentos e crédito para atingir um padrão de vida ideal. (ANDRADE; CARRARO, 2018).

### 3 OFERTA DE CRÉDITO, INADIMPLÊNCIA E O ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

#### 3.1 Oferta de Crédito no Brasil

A palavra “crédito” vem do latim *creditum.i* (coisa confiável/crença) e está diretamente ligada à confiança depositada em alguém ou alguma coisa. Em vista disso, todo o crédito está baseado na confiança, na esperança de que o devedor pague pelo que lhe é fornecido. (MORA, 2015).

Nesse sentido, segundo Albuquerque (2011), a venda de crédito é entendida como a troca de bens e/ou serviços por uma promessa de pagamento. A venda de crédito objetiva estimular o crescimento das vendas mesmo correndo o risco de não receber o pagamento.

A oferta de crédito no Brasil passou por grandes transformações nas últimas duas décadas, em 2003, por exemplo, o crédito apresentou um crescimento expressivo. Assim, o mercado de crédito ganhou força com a estabilização da economia decorrente do Plano Real. (MORA, 2015).

Contudo, ao compararmos o Brasil com outros países, o volume de crédito na economia brasileira era considerado baixo e, mesmo com o crescimento observado entre 2003 e 2008-2009, manteve-se abaixo de países como China, Chile e Austrália. (SANT’ANNA; BORÇA JÚNIOR; ARAUJO, 2009).

No entanto, o mercado de crédito vem crescendo a cada ano. Em vista disso, o crédito pode ser dividido em dois tipos: crédito ao consumidor e crédito comercial. Este é concedido por empresas a outras empresas clientes, como no caso de atacadistas e fabricantes. Aquele é destinado aos próprios clientes, que utilizam o crédito para uso pessoal ou familiar. Albuquerque (2011) declara que o crédito ao consumidor se desdobra em três tipos de contas de crédito:

Contas de cobrança em aberto – onde o consumidor leva o produto no ato da compra, porém o pagamento será efetuado no vencimento da fatura.

Contas a prazo - exige um pagamento de entrada, porém o saldo devedor é quitado num período estipulado.

Contas de crédito rotativo - o consumidor pode fazer compras até atingir o limite pré-estabelecido pela empresa.

Um dos meios mais utilizados para oferta de crédito é o cartão de crédito, este é definido como uma modalidade de pagamento à vista. De acordo com o PROCON (2013, p. 3), cartão de crédito é “objeto de um contrato de adesão entre o

consumidor e uma administradora de cartões, com a finalidade de intermediação de pagamento à vista e a prazo, pelos quais se cobram juros, encargos e tarifas”.

De acordo com Abrão (2005), o primeiro cartão de crédito, chamado de Diners Club, emergiu com o objetivo de proporcionar crédito aos clientes frequentadores de restaurantes. Após, surgiu outras bandeiras relevantes, como Visa, Master Card e American Express.

No que se refere a política de crédito, esta é o conjunto de condições que uma determinada organização determina a fim de realizar suas vendas. Assim, uma política de crédito deve tratar dos respectivos aspectos: prazo de concessão de crédito, seleção de clientes, limite de crédito, descontos financeiros por pagamentos antecipados e políticas de cobrança. (ALBUQUERQUE, 2011).

As políticas de crédito tornam-se importantes, pois podem evitar o não recebimento dos recursos emprestados. Assim, entende-se que há riscos de crédito, este se caracteriza pela possibilidade de não recebimento dos recursos emprestados. Contudo, apesar de as ferramentas utilizadas como garantia de crédito reduzir ou eliminar o risco de inadimplência, estas podem representar obstáculos nas vendas a crédito. (SANTOS, 2001).

Diante do exposto, ao adquirir um empréstimo, o indivíduo precisa avaliar se o valor da prestação cabe no seu orçamento. Além disso, deve-se avaliar a real necessidade desse crédito e estar atento a algumas desvantagens, como o risco de inadimplência.

### **3.2 Inadimplência**

A palavra inadimplência veio do latim *adimplere*, que significa “cumprir, executar”. O prefixo *in*, também de origem latina, remete a “negação, privação”. Em vista disso, inadimplência é um substantivo feminino que é atribuído ao fato de não haver cumprimento de obrigações pré-estabelecidas em um prazo estipulado. (ALBUQUERQUE, 2008).

Ainda não é possível afirmar com precisão quando o termo inadimplência ganhou popularidade no Brasil. Contudo, estudos apontam que o aumento dos índices desta variável ocorreu após o Plano Real, em 1994, neste houve um crescimento na concessão de crédito, visto que os brasileiros passaram por um momento de crise antes da implantação do Plano Real. (ALBUQUERQUE, 2008).

Segundo o dicionário on-line de Língua Portuguesa (MICHAELIS, 2021) inadimplência é o descumprimento de um contrato ou de qualquer de suas condições. Já o dicionário on-line Houaiss (2021) é mais generalista ao definir o termo, e diz tratar-se da falta de cumprimento de uma obrigação.

A inadimplência representa, de acordo com Campara *et al* (2006), a situação mais grave de dívida, visto que o indivíduo contrai uma dívida com valor tão elevado que ultrapassa suas condições de pagamento e assim os prazos pré-estabelecidos não são cumpridos. Portanto, a inadimplência é consequência natural do processo de endividamento indiscriminado. Segundo Maia (2007, p. 30) existem duas formas de inadimplemento baseando-se em suas características particulares:

**Inadimplemento absoluto:** tratado pelo artigo 389 do Código Civil que estabelece que "não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária, segundo índices oficiais regularmente estabelecidos e honorários de advogado". O inadimplemento absoluto ocorre quando há descumprimento da obrigação sem possibilidade de ser cumprida de forma útil ao credor. A incidência de juros e a atualização monetária têm caráter de reparação ou ressarcimento dos danos e prejuízos do credor.

**Inadimplemento relativo:** ocorre quando o devedor cumpriu a obrigação, porém, de modo imperfeito, realizando o pagamento fora do prazo pré-estabelecido. (grifo nosso)

De acordo com Trencó (2009, p.59), a inadimplência “decorre da concessão de crédito à pessoa insolvente e que já está sem disponibilidade financeira para fazer frente às suas dívidas vencidas, vincendas e futuras”. Em vista disso, para diminuir esta ocorrência deverão existir políticas claras de concessão de crédito.

Para Albuquerque (2011) inadimplente é o indivíduo que não está em dia com suas obrigações, isto é, que possui prestações vencidas, assim, a inadimplência é a não satisfação ou não cumprimento de algo, dentro do prazo estipulado.

Segundo o Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor (2018), devido ao não pagamento de contas e dívidas, milhões de brasileiros estão inadimplentes. Maia (2007, p.10) afirma que “quando se entrega um bem ou serviço mediante uma promessa de pagamento em uma data futura se estabelece uma relação de confiança entre ambas as partes envolvidas no negócio”. Em vista disso, Rebouças *et. al* (2020) declara que o impacto da inadimplência levou diversas instituições a utilizarem créditos disponibilizados pelas instituições financeiras.

O oferecimento de créditos através de empréstimos, cartões de crédito, cheques especiais, entre outros, tem facilitado muito a procura por estas opções. Porém, em muitas situações os consumidores tem descumprido o pagamento das suas obrigações tornando-se inadimplentes e gerando o

endividamento exagerado e outras consequências financeiras. (REBOUÇAS, et. al, 2020, p.2).

Assim, todo empréstimo tem riscos de inadimplência, ou de não receber o que foi contratado ou combinado. De acordo com Capelletto e Corrar (2008), o risco de crédito é a probabilidade de o tomador dos recursos não pagar ou honrar as obrigações assumidas. A Serasa Experian (2018), ao fazer um estudo sobre o perfil dos consumidores negativados, afirma que:

50,9% são homens;  
39,1% ganham de 1 a 2 salários mínimos e 38,8%, até 1 salário mínimo;  
37,3% do total possui apenas uma dívida e 30,7% têm mais de quatro débitos;  
19,4% dos inadimplentes têm entre 41 e 50 anos e 14,9% são pessoas com idade entre 18 a 25 anos.

Essas variáveis são de grande importância para análise de crédito, contudo, Schrickel (2000, p. 35) relata que “embora a análise de crédito deva lidar com eventos passados do tomador de empréstimos (a análise histórica), as decisões de crédito devem considerar primordialmente o futuro desse mesmo tomador”. Visto que, o risco está no futuro e não necessariamente no passado.

Assim, algumas políticas devem ser utilizadas a fim de amenizar a inadimplência, como existir políticas claras de concessão de crédito, limites aos clientes, delegação de poderes às pessoas experientes e treinamento de pessoal. Contudo, o risco sempre estará presente em empréstimos seja eles de curto, médio ou longo prazo. (TRENTO, 2009).

### **3.3 Causas e consequências da inadimplência**

Diversas pesquisas buscam compreender os motivos que levam um indivíduo a descontrolar-se financeiramente e chegar à inadimplência. De acordo com Campara *et al* (2021), o materialismo é uma das principais causas, pois faz com que as pessoas atribuam uma importância muito elevada à posse de bens materiais e ficam mais propensos a endividarem-se.

Roberts e Jones (2001), em um estudo sobre endividamento, declaram que um dos fatores que ampliam o acúmulo de dívida é o mau uso do cartão de crédito, visto que o uso do cartão de crédito, se comparado ao dinheiro, estimula os gastos e leva a maior imprudência, pois não exige o desembolso imediato.

Em concordância com Richins (2011), o uso do cartão de crédito pode tornar os indivíduos mais impulsivos, visto que o valor envolvido na transação pode

ser encarado como algo irreal ou intangível, estimulando a ampliação dos gastos. Assim, o uso do cartão de crédito pode conduzir o indivíduo ao acúmulo de dívidas e comprometer a saúde financeira.

O uso do cartão de crédito pode ainda influenciar a maximização do comportamento de compra compulsiva, que faz com que os indivíduos tenham uma preocupação constante com o consumo, assim, a perda de controle sobre o processo de compra torna-se inerente, o que conduz a um aumento do endividamento. A compra compulsiva opera como um ciclo negativo, pois o consumo, no curto prazo, tende a aliviar emoções negativas, no entanto, no longo prazo, a falta de satisfação com os objetos adquiridos e as consequências negativas decorrentes da compra compulsiva atuam no sentido de perpetuar a depressão, a baixa autoestima e consequentemente o endividamento. (CAMPARA *et al*, 2021, p.3)

Outro fator que amplia a inadimplência, segundo SERASA (2018), é a crise financeira, que aumenta a taxa de desemprego e diminui o orçamento das famílias. Em vista disso, as pessoas deixam de pagar ou atrasam o pagamento de contas.

Em vista disso, Oliveira e Vassi (2016) afirmam que a inadimplência sofre intervenção direta sobre o que se reproduz na economia do país, como as crises econômicas, a inflação, a alta ou baixa das taxas de juros, entre outros. Além disso, os autores declaram que a influência cultural do país influencia para os endividamentos, visto que em datas festivas, como Natal e Dia das Crianças, muitas pessoas se endividam.

Braga Junior (2021) declara que a partir dessa influência econômica, observou-se que as organizações liberam mais crédito quando a economia está estável, contudo, ignoram de que quando ela se desestabiliza, pode ocorrer inadimplência, sobretudo nos casos de dívidas em longo prazo.

Conhecer o cliente é o primeiro elemento que se faz necessário para uma boa análise da proposta de operações de crédito, quanto mais soubermos a seu respeito, melhor será a qualidade da análise a ser feita, implica em verificar como seus negócios são conduzidos, ou seja, lisura, legalidade, e igualmente importante conhecer seu fluxo de caixa, suas demonstrações contábeis e atestar o grau de confiabilidade destes instrumentos (KRAUSS, 2013, p.23).

Sabe-se que quando o indivíduo fica inadimplente, fica mais difícil obter crédito e fazer compras com cartão, além disso seu score de crédito também é afetado. Estar ou não na lista de inadimplente negativado depende de vários fatores, como o tempo que o CPF está restringido, valor do débito ou quantidade de parcelas em atraso. (SERASA, 2018).

Ainda de acordo com a SERASA (2018) os principais motivos que levam o brasileiro à inadimplência são: desemprego (26%); redução da renda (14%); descontrole financeiro (11%); e a realização de empréstimos em nome de terceiros (5%). Assim, o desemprego é considerado como a maior causa que levam a inadimplência, de acordo com dados do G1 (2021), cerca de 14,8 milhões de pessoas estavam desempregadas no primeiro trimestre de 2021, no Brasil, portanto, o endividamento é também fruto de uma crise financeira.

Já redução de renda é a segunda causa mais relevante, isso porque mesmo quem conseguiu se recolocar após ficar fora do mercado de trabalho por algum tempo, teve que aceitar receber menos para não permanecer parado. (BRAGA JUNIOR, 2021). Sobre o descontrole financeiro, Mosmann (2019) afirma que este é a perda total do controle dos ganhos, gastos e dívidas que uma pessoa possui. Esse é um dos estágios mais críticos que existe em finanças pessoais, podendo inclusive levar o indivíduo à depressão.

No que se refere a realização de empréstimos em nome de terceiros, SERASA (2018, p.15) afirma que “entregar seu nome para financiar terceiros é um erro de controle orçamentário, devendo ser evitado ainda que isso represente algum constrangimento”.

A falta de educação financeira é outra causa bastante debatida entre os estudiosos, visto que o indivíduo precisa saber administrar seus gastos e salário. Assim, como dito, a educação financeira é um processo pelo qual consumidores aperfeiçoam seu entendimento sobre conceitos financeiros e, dessa forma, tornam-se mais conscientes dos riscos. (BRAGA JUNIOR, 2021).

Outro fator que acarreta a inadimplência é o atraso de salários. Essa irregularidade “posterga o pagamento das contas dos trabalhadores. O problema é que o acúmulo de juros, a depender do débito, pode criar uma bola de neve intransponível” (BRAGA JUNIOR, 2021, p.26).

Nessa perspectiva, inúmeras consequências emergem para os inadimplentes e até mesmo para o fornecedor. Acordocerto (2018) afirma que o primeiro problema que surge é a negativação, isto é, primeira e principal consequência da inadimplência é a restrição do CPF do devedor, junto aos órgãos de proteção do crédito. Assim, o indivíduo fica impedido de contratar empréstimos, financiamentos ou qualquer tipo de compra parcelada.

Albuquerque (2008) afirma que o aumento dos índices de inadimplência tem trazido desaceleração da economia brasileira, bem como tem provocado aumento nas taxas de juros. Em vista disso, o não pagamento das obrigações outrora firmadas pode desencadear prejuízos tanto para os inadimplentes quanto para as empresas.

Ressalta-se ainda que estar inadimplente pode afetar a saúde mental do devedor. Souto (2017) afirma que 69% dos consumidores inadimplentes estão mais ansiosos. Além disso, outra série de sentimentos vem atormentando a população do país, tais como insegurança (69%), estresse (64%), angústia (61%) e desânimo (58%).

### **3.4 Endividamento dos servidores públicos**

De acordo com Souza (2015), o servidor público ganha cerca de 40% a mais que profissionais da iniciativa privada. Contudo, boa parte destes estão endividados, isso porque as instituições financeiras sempre cobiçaram os servidores públicos, assim utilizam de estratégias a fim de realizar a venda de crédito, como conta sem tarifa mensal, cartão de crédito sem anuidade e tarifa fixa, espaços privativos nas agências, atendimento gerencial por telefone até a meia-noite, entre outros.

Nessa perspectiva, no primeiro momento vêm inúmeras facilidades, em que são colocadas diversas modalidades de créditos, contudo, sem educação financeira muitos funcionários não observam que a renda está reduzida pelos descontos das prestações. (BRAGA JUNIOR, 2021).

Neste cenário, a facilidade de acesso ao crédito é um dos aspectos que diferencia o funcionário público dos trabalhadores de outras instituições. Para o funcionário público é muito mais fácil e, em vários produtos, ainda mais barato, obter crédito. Tal fenômeno ocorre principalmente pelo fato de que para as instituições ofertadoras de crédito, emprego público é sinônimo de renda garantida, implicando em menor risco (FLORES; VIEIRA; CORONEL, 2012, p.2).

Souza (2015) explica que há dois fatores determinantes que deixam o funcionário público endividado: a estabilidade no emprego e o salário maior. Vale ressaltar que eles são supervisionados pelo Ministério do Planejamento, assim os empréstimos consignados do funcionalismo federal têm limite legal de comprometimento da renda de no máximo 30%.

Contudo, além do consignado, os servidores acumulam débitos no cartão de crédito e no cheque especial, o qual tem as maiores taxas de juros do mercado, de

10% ao mês, em média. Além disso, muitos pagam prestações de carros e da casa própria. (JUNIOR BRAGA, 2021).

Portanto, a categoria de servidores públicos é uma das que mais se endividam. No Brasil, essa categoria é dividida de acordo com os três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Uma pesquisa realizada pelo site do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do TCU (SINDILEGIS) comprova o ditado: “quem mais ganha, mais gasta”. A pesquisa mostra o alto grau de endividamento dos servidores, sobretudo por conta dos descontos consignados. (SOUZA, 2015).

Estudos mostram que os servidores possuem dificuldades em formar reservas (poupança), “principalmente para questões não controláveis, como aspectos de saúde. Também possuem dificuldade no planejamento de suas finanças pessoais, utilizando altos índices de empréstimo bancário”. (FLORES, VIEIRA e CORONEL, 2012, p.4).

Diante do exposto, torna-se necessário buscar auxílio de consultores financeiros para que orientem que vencimentos passam por ciclos, assim, é necessário se preparar às épocas de má remuneração bem como a utilização adequada dos rendimentos, como o registro dos gastos mensais.

## **4 9º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR**

### **4.1 Histórico do 9º Batalhão de Polícia Militar**

A PMMA, desde os tempos mais remotos de suas atividades, sempre contou, em suas fileiras, com um grupamento destinado à execução de um tipo de policiamento motorizado. A origem do 9º BPM, confunde-se com a própria história do policiamento de rádio e patrulhamento motorizado em São Luís, sendo seu início marcado através da Lei Estadual nº 3.479, de 30 de novembro de 1973, quando fora criado como companhia orgânica do 1º BPM, com sede no antigo Quartel da Rua da Palma (Centro de São Luís).

Naqueles idos, o novo serviço ocupou espaços e lacunas propiciadas pelo policiamento ostensivo a pé, em uma mobilidade gigantesca que cobria a sua própria inferioridade numérica e logística. A combinação de viaturas equipadas com rádios e ligadas a uma Central de Operações (COPOM), para fins de controle e acionamento, com mobilidade e ações de caráter Policial Militar, tendo ainda, posse de armamentos e equipamentos, constituiu-se em ações que promoveram uma real vantagem de proteção e segurança para aqueles que a solicitavam e combatendo aqueles outros, perturbadores da ordem e tranquilidade pública.

As características principais do policiamento de rádio patrulha são: cobertura de um maior número de locais de risco de assalto, tais como bancos, supermercados, logradouros comerciais e outros; cobertura de locais onde não há presença do policiamento a pé; apoio ao policiamento a pé, dando maior mobilidade e comunicação, facilitando o contato com o comando nos locais de difícil acesso; aprimoramento e prática do princípio da antecipação; possibilidade de pronto emprego em locais de elevadas incidências de ocorrências; facilidade correção nas resoluções de ocorrências, devido à existência de comunicação; maiores alcances geográficos com amplitude de raio de ação do policiamento.

Em função do crescimento vertiginoso da população da capital maranhense e da própria Corporação, instalou-se a necessidade de ampliação da Rádio Patrulha e, através da Lei nº 4.716, de 17 de abril de 1986, fora criada a Companhia de Rádio-Patrulha Independente (gênese do 9º BPM) no Comando do Policiamento da Capital (CPC), a nova unidade ocupou vários locais no Complexo do Calhau, Parque Folclórico da Vila Palmeira e Rua da Estrela (Centro de São Luís).

A cobertura do policiamento da Companhia de Rádio Patrulha Independente passou a ser intensificado com o deslocamento sistemático, a partir de um ponto-base a rondas periódicas, em apoio a todas as Unidades Operacionais da Capital, integrando também o policiamento na barreira de Estiva, local este em que passou a evitar passagem de carros roubados, drogas, animais silvestres e, principalmente, qualquer firma de contrabando que viesse a entrar ou sair do Município de São Luís, via BR 135.

Adquirindo status de Unidade Policial Militar (UPM), sua frota foi sendo modernizada ao longo dos anos, sempre merecendo do Governo do Estado uma atenção especial.

O Decreto nº 18.214, de 8 de dezembro de 2001, criou as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs), o que veio a fomentar uma reestruturação nas UPMs da PMMA, assim sendo, através do Decreto nº 20.376, de 29 de março de 2004 a Cia PRP. Esta foi transformada em 9º BPM e se aquartelou, definitivamente, em um moderno espaço na Avenida dos Franceses - Bairro Vila Palmeira. Uma UPM que nasceu forte e que continua a ajudar a manter a pujança da briosa Polícia Militar, destacando-se no contexto operacional e administrativo, atuando na área Oeste da capital, cobrindo sessenta e seis bairros, desde o Anil até o Centro da Cidade, englobando as circunscrições dos 1º, 2º, 3º e 8º Distritos Policiais da sua coirmã, a Polícia Civil.

A partir de 31 de agosto de 2004, sob o então comando do Tenente-Coronel QOPM Carlos Augusto Furtado Moreira, foi implantado o Projeto de Descentralização Administrativa e Operacional da Unidade e suas subunidades: 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Companhia de policiamento.

## **4.2 Atividades e endividamento**

Sabe-se que os trabalhos mais estressantes do mundo são exatamente aqueles que exigem mais proteção e autocuidado, pois o estresse é um fator que incide diretamente na saúde física e mental. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Convenção nº 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) consideram o exercício da atividade militar como a segunda profissão mais estressante do mundo.

Isso porque os trabalhos mais estressantes do mundo são aqueles que expõem as pessoas a um perigo objetivo, especialmente se essa ameaça for

potencialmente mortal. Além disso, há problemas corriqueiros que assolam o homem médio. Pereira (2013, p. 31-32), ao tratar sobre estresse e endividamento, afirma:

[...] evite-se o endividamento elevado, que compromete boa parte da renda e a posteriori afeta o trabalho, bem como a própria qualidade de vida do policial militar, tendo em vista que as preocupações se somam, o estresse aumenta e o que seria gasto com viagens e lazer será utilizado no pagamento de dívidas.

A pessoa que sofre com o estresse tende a ficar mais propensa a entrar em diversos problemas, dentre estes tem-se a inadimplência. Além disso, imersos em uma cultura de endividamento, em muitos casos por falta de conhecimento de gestão financeira, em outros pela necessidade em participar naturalmente do consumo exagerado, muitas vezes o sujeito só percebe que está endividado quando a situação chega a um ponto crítico.

Andrade (2002) define estresse como um estado psicológico que surge quando um indivíduo se depara com situações adversas ao seu cotidiano, em que se reflete mentalmente ou fisicamente incapaz de lidar com uma situação. Tal estado psicológico pode se manifestar de diversas formas, variando de acordo com o indivíduo.

Em vista disso, o fácil acesso à modalidade de crédito, o consumismo e a crise financeira que o Brasil atravessa são fatores que contribuem para o aumento do endividamento. Equivalente a isto, há um aumento nos problemas sociais, psicológicos e na saúde do indivíduo.

Ressalta-se ainda que 67% dos brasileiros não conseguem poupar dinheiro, aponta pesquisa entre os brasileiros que não pouparam nenhum centavo em 2019, 40% alegaram ter uma renda muito baixa, aponta pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC BRASIL) (G1, 2020).

De acordo com Maia (2007), pessoas com melhores condições de renda, costumam poupar cerca de 10% do que recebem, já as que apresentam menos condições costumam gastar além do que recebem com gastos supérfluos que levam ao hábito da má gestão.

Assim, como dito, os servidores públicos, pelo critério da “estabilidade financeira” têm facilidades para adquirir bens e consumos que lhes são ofertados por administradoras financeiras a todo o momento, a falta de conhecimento sobre

educação financeira juntamente com o estresse leva ao descontrole e conseqüentemente a inadimplência.

As situações de estresse próprias da profissão de policial militar podem ser potencializadas por fatores externos que influenciam em seu comportamento profissional, afetando o equilíbrio emocional, gerando sentimento de raiva, agressão, impaciência que podem ser externados durante atendimento de ocorrências policiais.

Contudo, nem sempre essas questões são compreendidas pela corporação, que ensina e orienta o militar a ter dedicação à instituição, cumprir com os regulamentos e defender a sociedade com sacrifício da própria vida, a violação destas condutas pode ser interpretada como insubordinação (BRAGA JUNIOR, 2021). Assim Costa (2018, p. 31) comenta que:

O endividamento do policial militar [...] pode surgir como fator estressante no trabalho quando este indivíduo encontra empecilhos em honrar seus acordos financeiros e, de modo específico com este militar, afeta seus estados emocionais, comportamentais, psicológicos ou físicos, interferindo em sua produtividade no trabalho. Vale ressaltar que cada indivíduo reage de modo distinto quando exposto a determinada situação. Isto significa que não é todo policial militar que sofrerá do exemplo acima caso exposto ao endividamento.

Assim sendo, algumas corporações observando as conseqüências que o endividamento causa aos agentes públicos no desempenho de suas atividades laborais, promovem eventos, palestras e outras atividades voltadas para trabalhar a saúde mental, física e, também gestão financeira. A PMMA tem algumas iniciativas pontuais, que são pouco debatidas de forma institucional, ou seja, são iniciativas que partem de Comandantes de Batalhão limitando-as às suas Unidades. (BRAGA JUNIOR, 2021).

O acatamento à política do planejamento financeiro pode refletir positivamente na vida do policial militar. “Assim sendo, a implantação de algumas políticas públicas [...], pode contribuir para melhorar a qualidade de vida dos servidores, e o reflexo direto disso poderá ser observado na qualidade do serviço prestado à comunidade”. (HALLES *et al*, 2007, p.2).

Em vista disso, o equilíbrio financeiro interfere diretamente no comportamento humano influenciando a qualidade de vida. Assim, ações voltadas para buscar educação financeira e o equilíbrio das finanças podem promover melhor qualidade de vida aos policiais militares

### 4.3 Regimento sobre endividamento pessoal

Sabe-se que a Polícia Militar do Maranhão é regida pela Lei nº 6513/95, esta dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão, e expõe no Art. 166 que: “São adotados na Polícia Militar do Maranhão, em matéria não regulada na legislação estadual, as leis e regulamentos em vigor no Exército Brasileiro, no que lhe for pertinente. [...]” (MARANHÃO, 2015, p. 28). Isto é, a Corporação está sujeita aos Regimentos do Exército Brasileiro (EB).

Segundo Braga Junior (2021), diferente do que ocorre em outras Corporações do Brasil, ainda não há uma Legislação Estadual que rege a disciplina dentro da PMMA e dentre os diversos regulamentos do EB seguidos pela PMMA estão o Manual de Campanha de Ordem Unida C 22-5, o Regulamento de Administração do Exército (ERA) e o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) que trata, dentre outras coisas, sobre transgressões disciplinares concernentes a inadimplência por dívida:

[...] 33. contrair dívida ou assumir compromisso superior às suas possibilidades, que afete o bom nome da instituição;  
34. esquivar-se de satisfazer compromisso de ordem moral ou pecuniária que houver assumido, afetando o bom nome da Instituição; não atender, sem justo motivo, à observação de autoridade superior no sentido de satisfazer débito já reclamado; [...] (BRASIL, 2002, p. 24).

Contudo, Braga Junior (2021) declara que no que se refere ao entendimento jurídico acerca da dívida privada do policial militar, há jurisprudências sobre o assunto pacificando o entendimento de que a dívida é competência da esfera civil, não cabendo punição administrativa aos policiais militares:

STF – RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 458555 CE  
[...] 1. Na aferição da responsabilidade administrativa é de se levar em consideração os fatos vinculados à atividade funcional do servidor público.  
2. A inadimplência em dívidas contraídas na vida privada do Policial não constitui causa legítima para fundamentar a sua punição disciplinar, não sendo fato prestante para ser dirimido em Processo Administrativo ou Sindicância.  
[...] (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2009, p. 1).

Além disso, há outros instrumentos legais como: a Carta Magna brasileira, o Pacto de São José da Costa Rica de 1969 ao qual o Brasil é signatário, que impedem a aplicação da prisão por motivo de dívidas, exceto dívidas relacionadas à pensão alimentícia.

A Constituição Federal de 1988, ratificado pelo Brasil em 1992 em seu Art. 5º, Incisos LIV e LV, “ninguém será privado da sua liberdade ou de seus bens sem o

devido processo legal” e que a todos “[...] são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”. E este mesmo artigo 5º, LXVII, dispõe que: "não haverá prisão civil por dívida, salvo o responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e do depositário infiel", ou seja, veda a prisão por dívida, exceto nos casos mencionados no texto constitucional (BRASIL, 1988).

Diante do exposto, segundo alguns estudiosos, o que se supõe das informações supracitadas é que o RDE não está atualizado segundo essas normas e alguns itens do seu Anexo I em desacordo com a CF/88. Apesar de a prisão disciplinar tenha sido extinta, os outros efeitos administrativos continuam sendo aplicados, ou seja, o policial militar não está isento não de responder pelas transgressões previstas no anexo I do RDE. Ainda assim, mesmo que a PMMA insista em aplicar os itens do Anexo I do RDE, a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, dispõe que:

Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

[...] Art. 71. Utilizar, na cobrança de dívidas, de ameaça, coação, constrangimento físico ou moral, afirmações falsas incorretas ou enganosas ou de qualquer outro procedimento que exponha o consumidor, injustificadamente, a ridículo ou interfira com seu trabalho, descanso ou lazer: Pena Detenção de três meses a um ano e multa. [...] (BRASIL, 1990, p. 1).

No caso de aplicação de sanção disciplinar por motivo de dívida e afins, existem várias ações na justiça de militares contra as instituições policiais visando à reparação do dano moral sofrido devido a tal cobrança, conforme afirma Santana (2008, p.37), os militares que se sentirem ofendidos por seus superiores no seu ambiente de trabalho devido os conhecimentos das dívidas e que isto transgrida qualquer uma das Leis já citadas têm direito de recorrer em juízo por danos morais.

[...] existem meios legais de se impelir um inadimplente a arcar com seus compromissos, tais como o registro de seu nome no cadastro de restrições ao crédito, busca e apreensão de seus bens como pagamento de dívidas, dentre outros. Essas medidas, quando se tornam públicas, ocasionam constrangimentos à pessoa e sendo este um militar, este constrangimento é projetado, conseqüentemente, para a instituição da qual faz parte. (SANTANA, 2008, p. 37).

Em vista disso, não existe uma concordância relacionada a punibilidade em casos de endividamento do policial militar. Portanto, cabe ao estado por meio de cursos que trate de assuntos como finanças pessoais, planejamento financeiro,

orçamento e outros importantes para manter a saúde financeira e, conseqüentemente evitar agravamento para saúde mental dos policiais militares.

#### **4.4 O policial militar e a educação financeira**

Como dito, a educação financeira é essencial, pois permite desenvolver consumidores mais conscientes, organizados e, conseqüentemente, evitar inadimplências e restrições em órgãos de proteção ao crédito. Isto é, educação financeira é de grande importância para qualidade de vida dos Servidores Públicos e dos cidadãos em geral.

Contudo, educação financeira ainda é pouco trabalhada no Brasil, ou seja, educação financeira ainda não é realidade nas salas de aula o oferecimento de disciplinas correlatas ao tema em cursos regulares de colégios, faculdades e MBAs é praticamente inexistente. (SOUSA; TORRALVO, 2004).

Em vista disso, estudiosos afirmam que os servidores possuem dificuldade em formar reservas, além da dificuldade no planejamento de suas finanças pessoais, utilizando assim altos índices de empréstimos. (HALLES, SOKOLOWSKI, HILGEMBERG, 2008).

Ao realizar uma pesquisa, em 2017, o Serasa Experian, apontou que 29% dos servidores públicos estaduais e federais encontravam-se inadimplentes, além disso, o maior nível de endividamento ocorreu nas faixas etárias mais jovens que compreendiam de 18 a 30 anos de idade. (EXTRA, 2018).

Em vista disso, o PM para alcançar um nível adequado de educação financeira, precisa seguir algumas normas que desenvolverão seu perfil econômico e controle financeiro, ele terá que contar com uma disciplina pessoal, apoio familiar e corporativo. Sabe-se que nos últimos anos a Diretoria de Ensino tem coordenado e disponibilizado cursos de reciclagem aos militares, tanto presenciais quanto de maneira on-line, porém ainda não há muitos cursos e palestras voltadas para a Educação Financeira. (BRAGA JUNIOR, 2021).

Para Andrade (2012) oferecer educação financeira no ambiente de trabalho aos funcionários pode ajudá-los a manejar melhor as finanças pessoais, o que representará um efeito positivo, pois de acordo com autores a educação financeira pode melhorar os índices de absenteísmo e reduzir o estresse financeiro. Um policial militar valorizado e orientado tende a desenvolver suas atividades laborais com maior qualidade. (ANDRADE, 2012) revelam que:

91% dos participantes de seus cursos concordaram que palestras sobre educação financeira deram a eles as informações que eles queriam. Já 75% responderam que tomaram melhores decisões financeiras desde que começaram a frequentar os cursos sobre finanças pessoais na empresa: sentiam-se mais confiantes. E que 65% disseram que a situação financeira melhorou devido à educação financeira obtida no ambiente de trabalho.

Ressalta-se ainda que a inclusão da educação financeira dentro das escolas militares faz parte da adequação da grade curricular aos parâmetros da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), através do Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020:

Art. 1º Ficam instituídos:

I - a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, com a finalidade de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no País; e

II- o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF.

Art. 2º O FBEF é colegiado de articulação, ao qual compete:

I - Implementar e estabelecer os princípios da ENEF;

II- divulgar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal propostas por seus membros, por outros órgãos e entidades públicas ou por instituições privadas;

III- compartilhar as informações sobre as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal produzidas pelos órgãos e entidades representados, para identificar as oportunidades de articulação; e

IV- promover a interlocução entre os órgãos ou as entidades públicas e as instituições privadas para estimular e, sempre que possível, integrar as ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal. (BRASIL, 2020).

Assim, promover Educação Financeira para policiais militares trará muitos benefícios, visto que os policiais poderão planejar melhor suas finanças e evitar o endividamento. Portanto, capacitar seus profissionais a obter controle em finanças pessoais terá como consequência, uma maior qualidade de vida.

## 5 METODOLOGIA

Segundo Marconi e Lakatos (2009), o método científico é um conjunto de processos que buscam legitimar e/ou explicar uma determinada situação. Ainda de acordo com os autores, os métodos científicos não são exclusivos da ciência, contudo não há ciência sem o emprego de métodos científicos.

Assim, o método científico é um procedimento de investigação e controle que se adota para o desenvolvimento rápido e eficiente de uma atividade. Portanto, não se executa um trabalho científico sem a adoção de algumas técnicas e procedimentos norteadores da ação. (BASTOS; KELLER, 2000).

Ressalta-se que o método não é único e nem sempre o mesmo para o estudo deste ou daquele objeto, assim, como existem distintos métodos e cada um deles está ligado a uma certa corrente de pensamento filosófico.

Desse modo, a fim de atingir os objetivos propostos, este estudo adotou como pressuposto epistemológico o interpretativista, visto que foram enfatizadas características subjetivas do fenômeno, isto é, não buscou somente uma análise objetiva. O paradigma interpretativista busca entender o mundo pelo ponto de vista dos atores, em um nível de experiência subjetiva. (FRANCISCONI, 2008).

Gil (2014), em seu estudo sobre o interpretativismo, declara que a realidade é fruto de uma construção social, em que o pesquisador interpreta as interpretações dos entrevistados, assim, a realidade sobre o endividamento foi entendido com base no consenso entre o pesquisador e os entrevistados.

Assim, a pesquisa classificou-se como qualitativa, esta parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Nesse sentido, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos (Godoy, 1995). Ainda sobre a pesquisa qualitativa, Godoy (1995, p. 25) afirma que:

Algumas características básicas identificam os estudos denominados "qualitativos". Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando captar" o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

Além de qualitativa, esta pesquisa também se apresentou com caráter quantitativo, isto é, se preocupou em apresentar alguns dados numericamente. A

pesquisa quantitativa recorre a linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, relações entre variáveis, entre outras aplicações. (BRAGA JUNIOR, 2021).

Em vista disso, este estudo caracterizou-se como qualitativa e quantitativa, ou seja, utilizou-se uma abordagem quali-quantitativa. O modelo misto aprecia os dados obtidos na pesquisa por meio de variáveis de comparação tanto da abordagem qualitativa quanto da abordagem quantitativa.

Sendo assim, é possível haver uma comparação entre os dados obtidos da pesquisa quantitativa e qualitativa. A abordagem da pesquisa quali-quantitativa “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106).

Ademais, a pesquisa caracterizou-se com um caráter exploratório e descritivo. É exploratória pois teve como objetivo obter maior familiaridade com o problema e assim conseguir construir as hipóteses/resultados. As pesquisas exploratórias envolvem: “(a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão”. (SELLTIZ et al., 1967, p.63).

É descritiva, pois teve como objetivo descrever as características de um determinado fenômeno. Oliveira (2011, p.21) declara que este tipo de pesquisa descreve “um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de um indivíduo, uma situação, ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos”.

A pesquisa descritiva tem como objetivo esclarecer o máximo um assunto já conhecido, por isso o pesquisador precisa fazer uma revisão bibliográfica. Portanto, foi realizado um levantamento bibliográfico, sobre esse Gil (2014, p.2) declara que:

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a uma análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvida quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

O estudo de revisão bibliográfica ocorreu por meio da busca eletrônica em bases de dados como SciELO, da CAPES, Google Scholar, Microsoft Academic,

Science Direct e JSTOR. Os materiais serviram de embasamento teórico para análise da problemática. Os critérios para exclusão foram artigos que abordem outros temas. Foram utilizadas as seguintes palavras-chave, combinando-as ou não, em línguas portuguesa, inglesa e espanhola: inadimplência, endividamento de servidores públicos, inadimplência dos policiais militares.

A pesquisa também se classificou como documental. Esta analisa documentos como dados governamentais, relatórios e publicações de órgãos públicos ou privados, estatísticas, etc. Além disso, a pesquisa documental é um grande complemento a pesquisa bibliográfica.

Após, foi realizado um estudo de caso, este permitiu aprofundar o conhecimento sobre o assunto, dessa forma, esta pesquisa não se restringe apenas ao levantamento de informações teóricas, mas também de observações e experiências, consistindo em uma profunda investigação sobre algum aspecto específico de determinado tema (indivíduo, fenômeno, ambiente etc.).

### **5.1 Local e sujeitos da pesquisa**

O local selecionado para estudo foi o 9º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão, em São Luís. Atualmente a sede do 9º BPM fica localizado na Avenida dos Franceses, s/n – Vila Palmeira e a unidade tem grande destaque, tanto operacional como administrativo, atuando na área oeste da capital, cobrindo cinquenta e quatro bairros em São Luís do Maranhão.

O 9º BPM cobre os seguintes bairros: Alemanha; Alto do Pinho; Anel Viário; Anil; Apeadouro; Apicum; Areinha; Aterro do Bacanga; Bairro de Fátima; Barés; Barreto; Belira; Bom Clima; Caratatiua; Castelão; Cema/Detran; Centro de São Luís; Codozinho - Centro; Coréia de Baixo; Coréia de Cima; Coroadó; Cutim; Desterro; Diamante; Divinéia – Vila Palmeira; Filipinho; Goiabal; Ivar Saldanha – Leste da Rua Jorge Damous; João Paulo; Jordoa; Lira; Madre Deus; Outeiro da Cruz; Pão de Açúcar; Parque Amazonas; Piquizeiro; Radional; Redenção; Sacavém; Santa Cruz; Santa Júlia; Santo Antônio – Oeste da Rua Santo Antônio; Sítio Leal; Túnel do Sacavém; Vera Cruz; Vila Bessa; Vila Ivar Saldanha; Vila Palmeira; Vila Passos.

Assim sendo, a pesquisa foi realizada junto aos policiais do 9º BPM, a aplicação do questionário, ocorreu de maneira on-line, por conta da pandemia de COVID-19. Em vista disso, os policiais responderam o questionário por meio do

Google Forms, o link foi enviado via Whats App e/ou E-mail, no período de novembro de 2021.

Em relação ao universo e amostra o total de policiais militares que trabalham no 9º Batalhão de Polícia Militar é de 367 policiais militares no total que correspondem ao universo. Já a amostra, ou seja, o número de policiais militares que responderam ao questionário corresponde a 120 policiais militares.

## **5.2 Instrumento de pesquisa**

Elaborou-se um questionário com 15 questões fechadas, divididas em dois blocos. Sendo o primeiro bloco sobre o perfil dos entrevistados, com seis questões, estas tratavam sobre gênero, faixa etária, escolaridade, entre outras.

O segundo bloco buscava analisar as experiências e percepções dos policiais sobre o endividamento, além disso, este bloco questionava os militares sobre a importância do planejamento financeiro nos cursos regulares da Polícia Militar.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **6.1 Bloco 1- Perfil dos participantes**

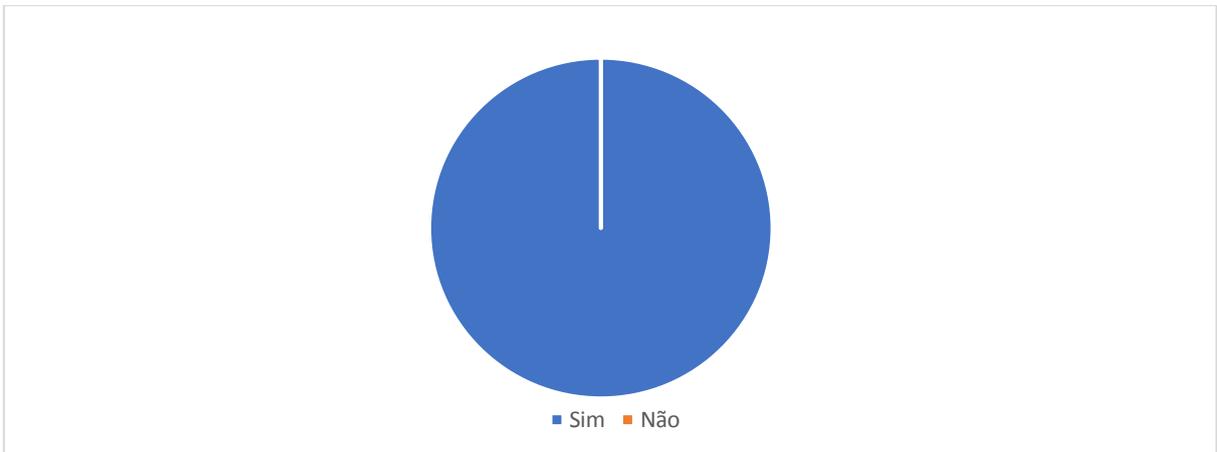
Foram realizadas 6 perguntas a fim de caracterizar a amostragem participante. A primeira questão voltou-se para identificação dos funcionários do 9º BPM, assim, 100% dos respondentes trabalham no 9º BPM. Em seguida, foi questionada a faixa etária. Com isso, obteve-se o seguinte resultado: 44,4% possuem idades entre 26 e 35 anos; 22,2% possuem idades entre 36 e 45 anos; e 33,3% possuem de 46 a 55 anos de idade. A terceira questão voltou-se para a identificação do quantitativo de homens e mulheres. Com isso, 96,3% são do gênero masculino e 3,7% são do gênero feminino.

No que se refere a quarta questão, esta questionava o estado civil dos participantes, destes 74,1% estão casados; 22,2% estão solteiros; e 3,7% respondeu outro. Na quinta questão questionou-se o nível de escolaridade, em que 48,1% possui ensino médio completo; 29,6% possui ensino superior incompleto; 18,5% ensino superior completo; e 3,8% estão no Mestrado/ Doutorado/ Especialização.

A sexta questão objetivou analisar o tempo de serviço dos policiais, assim, 29,6% possui de 6 a 10 anos de serviço; 25,9% possui 5 anos de serviço; 25,9% entre 26 a 30 anos de serviço; 7,4% de 31 a 35 anos de serviço; 6,2% de 16 a 20 anos de serviço; e 5% de 11 a 15 anos de serviço. Os dados obtidos contribuirão para as análises dos resultados do próximo bloco, este que está alinhado diretamente com os objetivos desta investigação.

### **6.2 Bloco 2 – Educação Financeira e Endividamento**

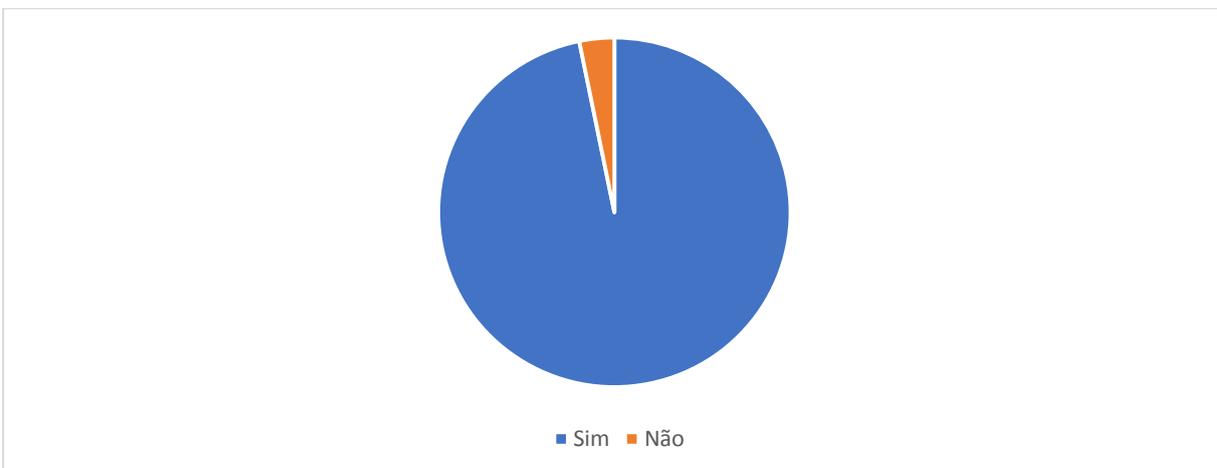
Este bloco teve como objetivo sondar os conhecimentos financeiros dos participantes bem como o seu comportamento com o dinheiro. Assim, com os dados recolhidos foi possível levantar o perfil de consumo dos policiais. Assim, de modo contínuo ao bloco anterior, a sétima pergunta indagou aos participantes: “Você sabe o que é planejamento financeiro?”. Como respostas, foram obtidos os seguintes dados: 100% responderam “Sim”. Como expostos no gráfico abaixo:

**Gráfico 1:** Aplicação do questionário

**Fonte:** Autor (2021).

Como dito no referencial teórico, a educação financeira é importante para os policiais militares que buscam tranquilidade e segurança material. Ou seja, esse conhecimento permite desenvolver consumidores mais conscientes, organizados e, conseqüentemente, evitar inadimplências e restrições em órgãos de proteção ao crédito.

Na oitava questão questiona-se: “Você já aplicou, aplica ou pretende aplicar o planejamento financeiro em sua vida?”. Das respostas obtidas, 92,6% responderam “Sim” e 7,4% responderam “Não”, como exposto no gráfico abaixo:

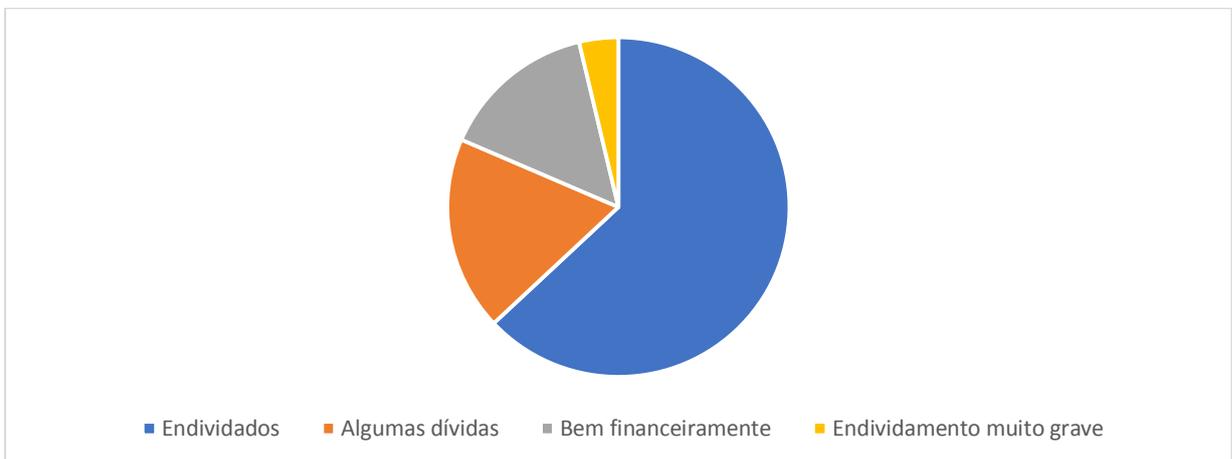
**Gráfico 2:** Aplicação do questionário

**Fonte:** Autor (2021).

Felizmente boa parte dos participantes já aplicaram ou pretendem aplicar o planejamento financeiro, este tem o propósito de ajudar a pessoa a equilibrar a sua renda. Além disso, por meio dele você consegue realizar o controle de gastos, estabelecendo objetivos econômicos. E eles podem ser de curto, médio e longo prazo.

A nona questão: “Em relação a sua saúde financeira, como se encontra atualmente?”. Assim, tem-se que 63% dos participantes estão endividados; 18,5% com algumas dívidas; 14,8% bem financeiramente; e 3,7% com endividamento muito grave. Observa-se ao gráfico 3:

**Gráfico 3:** Aplicação do questionário



**Fonte:** Autor (2021).

Este resultado denunciou a fragilidade dos policiais em organizar-se financeiramente. Grande parte dos policiais participantes possuem dívidas fixas e mensais que, de modo hipotético, contribuem para consumir de maneira significativa a fonte de renda. Com isso, apresentou-se o seguinte perfil: os policiais participantes, em sua maioria, apesar de possuírem um conhecimento mínimo sobre educação financeira, não conseguem colocar em prática.

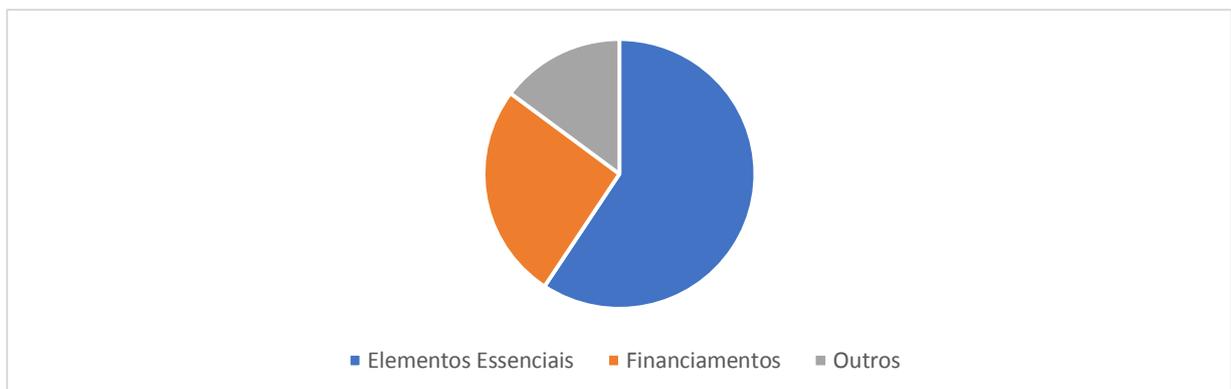
A décima questão sondou: “Possui débitos em atraso?”. Nesta, obteve-se como resultados: 14,8% não tenho; 66,7% débito com até 30 dias de atraso; 3,7% débito com mais de 2 meses de atraso; 14,8% débito com mais de 3 meses de atraso. Como pode-se observar no gráfico 4.

**Gráfico 4:** Aplicação do questionário

Fonte: Autor (2021).

Esses dados revelaram dados preocupantes com o número de policiais militares que possuem débito em atraso, visto que o consumidor que deixa de quitar seus débitos em dia enfrenta uma série de consequências, que vão da cobrança de juros pelo atraso até a penhora de bens, como imóveis e carros. Comprometimento de renda corresponde à relação de valores esperados para o pagamento de dívidas com o orçamento mensal de um indivíduo ou família. Ao deixar de pagar as contas no prazo, os policiais precisam arcar com alguns custos e possíveis sanções previstas no contrato, dentre estes, o juro moratório.

Foi questionado na décima primeira pergunta: Quais elementos mais comprometem sua renda mensal? Os resultados obtidos demonstraram que 59,3% afirmam que são os elementos essenciais (comida, energia, água, roupas, remédios, combustível); 25,9% os financiamentos; e 14,8% os outros.

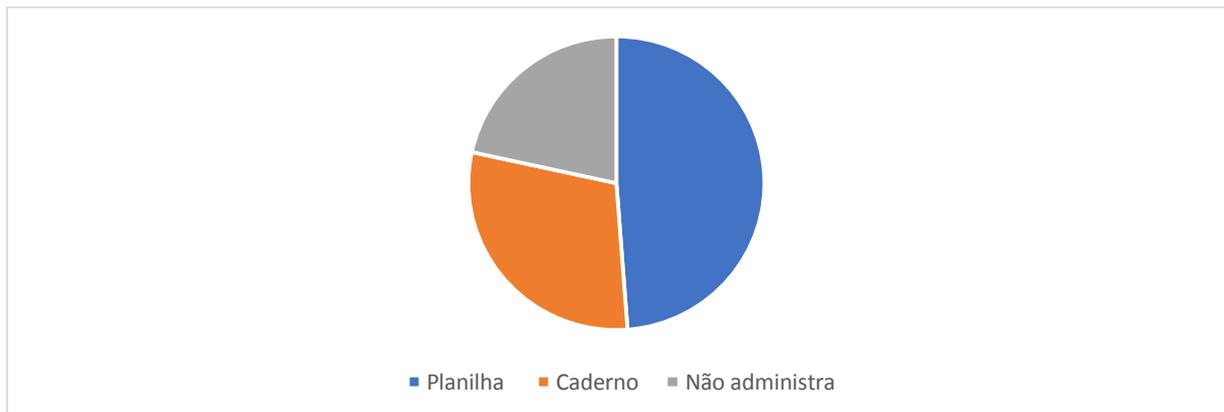
**Gráfico 5:** Aplicação do questionário

Fonte: Autor (2021).

Felizmente, boa parte do comprometimento de renda é voltado para os elementos essenciais, contudo, muitos militares comprometem sua renda com financiamento e com outras coisas. Sabe-se que o comprometimento de renda pode se tornar um problema difícil de controlar quando não há qualquer tipo de cuidados com a sua saúde financeira. Afinal, é necessário acompanhar de perto as despesas e conhecer muito bem o seu orçamento para se planejar.

Na décima segunda questão tem-se: Caso utilize o planejamento financeiro em sua vida, como faz para administrar as receitas e despesas? Assim, tem-se: 48,8% criam uma planilha e anota gastos; 29,6% anotam os gastos mais importantes num caderno qualquer; 21,6% não administra.

**Gráfico 6:** Aplicação do questionário



**Fonte:** Autor (2021).

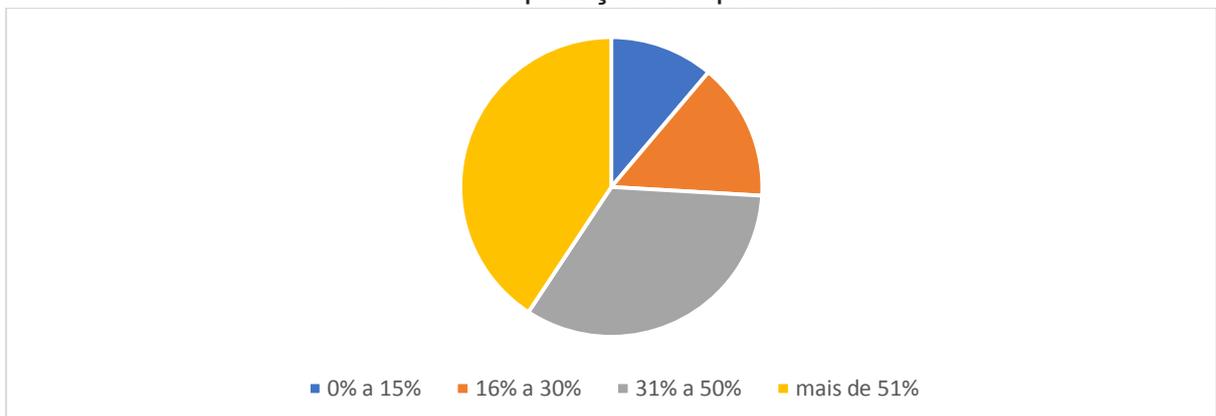
Felizmente a maior parte dos policiais militares do 9º BPM planejam sua vida financeira, assim, por menor que sejam os ganhos ou gastos, fazer a gestão das finanças pessoais permite um controle maior sobre tudo que entra e sai da sua carteira (ou na conta bancária).

Na décima terceira pergunta, questiona-se sobre o policial levar o planejamento financeiro à risca: 22,2% alegaram que conseguem cumprir à risca; 59,3% somente cumpre as vezes; 11,1% dificilmente consegue cumprir; e 7,4% não cumpre nunca.

**Gráfico 7:** Aplicação do questionário

Fonte: Autor (2021).

Percebe-se que poucos levam o planejamento à risca, isto é, a grande maioria ignora o fato de que a organização das finanças pessoais é uma importante ferramenta para poder alcançar metas. Na décima quarta questão tem-se: Quanto da sua renda é destinada a pagar dívidas? 11,1% responderam que de 0% a 15% da renda; 14,8% declararam que 16% a 30% da renda; 33,3% afirmaram que 31% a 50% da renda; e 40,7% responderam mais de 51% da renda.

**Gráfico 8:** Aplicação do questionário

Fonte: Autor (2021).

Os resultados são alarmantes, visto que mais da metade dos policiais militares estão com a maior parte do salário comprometido com dívidas, visto que o comprometimento de renda é uma espécie de indicador de riscos. A última questão buscou identificar quais militares consideravam importante o planejamento financeiro nos cursos regulares da polícia militar. Como respostas, 92,6% responderam que sim

e 7,4% afirmaram que não. Um resultado satisfatório, como se pode observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 9:** Aplicação do questionário



**Fonte:** Autor (2021).

Perante o exposto, apesar de os policiais considerarem o planejamento financeiro importante, poucos de fato conseguem ter um bom controle de suas finanças, visto que boa parte destes possuem inúmeras dívidas.

## 7 CONCLUSÃO

A realização deste estudo teve como objetivo analisar a importância do planejamento financeiro para os policiais militares do 9º BPM de São Luís do Maranhão. Assim, buscou-se demonstrar como o planejamento financeiro é crucial dentro da instituição polícia militar com um foco maior neste batalhão.

Como dito, a educação financeira está atrelada principalmente a como se organiza as finanças, isto é, a relação entre recursos e despesas. Em vista disso, a educação financeira mostrou-se responsável pelo desenvolvimento de inúmeras competências necessárias e indispensáveis para a boa gestão dos recursos monetários.

Além disso, o estudo mostrou que a educação financeira não consiste somente em aprender a economizar, cortar gastos, poupar e acumular dinheiro. Isto é, ela também busca melhorar qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando a segurança material necessária para aproveitar os prazeres da vida e ao mesmo tempo obter uma garantia para eventuais imprevistos.

A importância de atribuir atenção à educação financeira apresentou-se baseada em diversas pesquisas nacionais e internacionais que revelaram causas de estresse promovidos por dívidas extensas. Assim, como constatado nos estudos bibliográficos, oferecer educação financeira aos policiais militares pode ajudá-los a manejar melhor as finanças pessoais, o que representará um efeito positivo. Em vista disso, a educação financeira pode melhorar os índices de absenteísmo e reduzir o estresse financeiro. Portanto, um policial militar valorizado e orientado tende a desenvolver suas atividades laborais com maior qualidade.

Observou-se por meio da análise de dados que apesar de os policiais militares do 9º Batalhão de Polícia Militar do Maranhão alegarem que conhecem bem o planejamento financeiro, poucos de fato seguem à risca e por isso possuem dívidas, sendo algumas com atraso de até três meses.

Em função disso, torna-se necessário promover ações de caráter educativo dentro da formação do policial militar, visto que o endividamento pode afetar a vida laboral dos policiais militares. Portanto, os próximos estudos necessitarão propor debates e discussões a respeito da implantação de cursos voltados para a educação financeira de policiais militares.

## REFERÊNCIAS

67% dos brasileiros não conseguem poupar dinheiro, aponta pesquisa. **G1**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/26/67percent-dos-brasileiros-nao-conseguem-poupar-dinheiro-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 12 abr. 2021.

ACORDOCERTO. **Principais causas e consequências da inadimplência**. 2018. Disponível em: <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:UwFNeXZ0GMkJ:https://blog.acordocerto.com.br/causas-e-consequencias-da-inadimplencia/+&cd=1&hl=ptPT&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 04 nov. 2021.

ALBUQUERQUE, Rayanna Barbosa Silveira. **Inadimplência: um estudo de caso na loja de roupas Maria Teresa**. 2008. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo, Bauru. Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Tecnologia em Ciências Sociais Aplicadas, Brasília.

ALVARENGA, Darlan; NAIME, Laura. Desemprego cai para 13,2% em agosto, mas ainda atinge 13,7 milhões, aponta IBGE. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/10/27/desemprego-fica-em-132percent-em-agosto-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

ANDRADE, Elisson. Problemas Financeiros e seus Reflexos no Ambiente de Trabalho. **Tópicos Avançados em Educação Financeira**, Piracicaba, v. 1, n.2, Elisson de Andrade. Piracicaba. p. 239-246, mar./abr. 2002.

ANDRADE, Lúcia Medeiros; CARRARO, Wendy Haddad. Mudanças nos hábitos do controle financeiro pessoal com educação financeira sustentável. **Saber Hum.**, v. 8, n. 13, p. 134-151, jul./dez. 2018. DOI: 10.18815/sh.2018v8n13.335. Disponível em: <https://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/article/view/335>. Acesso em 10 nov. 2021.

ANNUNCIATO, PEDRO. BNCC inclui Educação financeira em Matemática. In: Associação Nova Escola. **Nova Escola**. São Paulo, 07 mar. 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/9798/bncc-inclui-educacao-financeira-em-matematica>. Acesso em: 13 out. 2021.

ARAÚJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flávio Esteves. A história não contada da Educação Financeira no Brasil. In: ROQUE, José Roberto Romeu (org.). **Otimização na Recuperação de Ativos Financeiros**. São Paulo: IBeGI, 2014. cap. 1, p. 1-11.

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 2000. Disponível em: [https://arquivos.cruzeirodosulvirtual.com.br/materiais/disc/mp/metodos\\_cientificos/conteudo\\_teorico\\_IV.pdf](https://arquivos.cruzeirodosulvirtual.com.br/materiais/disc/mp/metodos_cientificos/conteudo_teorico_IV.pdf). Acesso em: 07 de outubro de 2021.

BRAGA JÚNIOR, José Ribamar. **Educação financeira: uma análise dos impactos do endividamento no Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão**.

2021. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Segurança Pública) – Formação de Oficiais PM, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 4.346, de 26 de agosto de 2002**. Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército (R-4) e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 7.397**, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm). Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF**. 2017. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Código de Defesa do Consumidor. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8078.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm). Acesso em: 15 nov. 2021.

BRITZKE, Jakson dos Santos. **Controle financeiro Wisecash**. 2017. 61f. Trabalho de conclusão de curso (especialização em tecnologia java)-Departamento Acadêmico de Informática, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco.

BV BANCOS. Entenda as diferenças entre orçamento, controle financeiro e diagnóstico financeiro. Banco BV S.A. **Banco BV**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.bv.com.br/bv-inspira/orientacao-financeira/orcamento>. Acesso em 20 nov. 2021.

CAMPARA, Jéssica Pulino; VIEIRA, Kelmara Mendes; FLORES COSTA, Vânia Medianeira; FRAGA, Luana dos Santos. O dilema dos inadimplentes: antecedentes e consequentes do “nome sujo”. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 71-85, jan./mar. 2016.

CAPELLETO, Lucio Rodrigues; CORRAR, Luiz João. Índices de risco sistêmico para o setor bancário. **Revista de Contabilidade Financeira**, São Paulo, v. 9, n. 47, p. 75-85, mai./ago., 2008.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. 82. ed. São Paulo: Gente, 2004. 176p.

Número de famílias endividadadas no Brasil é o maior em 11 anos, aponta CNC. **CNN BRASIL**, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/numero-de-familias-endividadadas-no-brasil-e-o-maior-em-11-anos-aponta-cnc/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CONTROLE. In: Dicio. **Dicionário Online de Português**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/controle/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

COSTA, Paulo Luis. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA**: Um caso de Polícia. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2006. 164 p.

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Controle financeiro**. Rio de Janeiro: CVM Educacional, 2018. 29f. Disponível em: [https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/menu/Menu\\_Academico/Programa\\_Bem-Estar\\_Financeiro/Apostilas/apostila\\_03-bef-controle\\_financeiro.pdf](https://www.investidor.gov.br/portaldoinvestidor/export/sites/portaldoinvestidor/menu/Menu_Academico/Programa_Bem-Estar_Financeiro/Apostilas/apostila_03-bef-controle_financeiro.pdf). Acesso em: 20 nov. 2021.

FARIA, Luiz Henrique Chaves. **Planejamento financeiro pessoal**. 2008. 36f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília.

FLORES, Silvia Amélia Mendonça; VIEIRA, Kelmara Mendes; CORONEL, Daniel Arruda. Percepção de risco e propensão ao endividamento: uma análise dos servidores públicos da UFSM. **Revista do CCEI**. URCAMP, v.18, n. 33, 2014. Disponível em: <http://revista.urcamp.edu.br>. Acesso em: 12 nov. 2021.

FRANCISCONI, Karine. **Configuração estrutural do campo científico em estudos organizacionais no Brasil**: o período 1997 – 2007. Dissertação de Mestrado. UFPR – Universidade Federal do Paraná. Mestrado em Administração, área de concentração Estratégia e Organizações. Curitiba, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como classificar as pesquisas?** 1 ed. Brasília: UFPB, 2014. 109 p.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios da Administração Financeira**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentisse Hal., 2001. 800p.

GODOY, Jessica. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr./mai.1995.

HALLES, Claudia Regina; SOKOLOWSKI, Rivelto; HILGEMBERG, Emerson Martins. **O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida**. I Seminário de Políticas Públicas no Paraná: Escola do Governo e Universidades Estaduais. Curitiba, 2008. Disponível em: [http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel\\_gestao\\_orcamentaria\\_financeira\\_e\\_recursos\\_humanos/o\\_planejamento.pdf](http://www.escoladegestao.pr.gov.br/arquivos/File/anais/painel_gestao_orcamentaria_financeira_e_recursos_humanos/o_planejamento.pdf). Acesso em: 12 nov. 2021.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira**. 10. ed. São Paulo: AMGH, 2006. 1072f.

HOUAISS, **Dicionário de Português Online**. “Significado de Inadimplência”. Disponível em: <https://houaiss.uol.com.br/>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

INADIMPLÊNCIA. In: Michaelis. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/inadiplencia/>. Acesso em 01 dez. 2021.

JANONE, Lucas. Número de famílias endividadas no Brasil é o maior em 11 anos, aponta CNC. Cable News Network Brasil. **CNN Brasil**. Rio de Janeiro, 04 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/numero-de-familias-endividadas-no-brasil-e-o-maior-em-11-anos-aponta-cnc/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014. Disponível em: [https://dtcom.com.br/wayco/temas/section\\_2/pesquisa\\_qualitativa\\_e\\_quantitativa/sections/pdf/THEME4285.pdf](https://dtcom.com.br/wayco/temas/section_2/pesquisa_qualitativa_e_quantitativa/sections/pdf/THEME4285.pdf). Acesso em: 09 de outubro de 2021.

KRAUSS, Cristina Carvalho Correia. **Sistema de Informação na Análise de Crédito**. 2013. 141 f. Monografia (Especialização em Gestão de Negócios) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/51069/R%20-%20E%20-%20CRISTINA%20CARVALHO%20CORREIA%20KRAUSS.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 05 nov. 2021.

LOPES, Mayara Alves. **Endividamento x planejamento financeiro pessoal: um estudo com policiais militares do estado da paraíba**. 2019. 60f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

LUCION, Carlos Eduardo Rosa. Planejamento Financeiro. **Revista Eletrônica de Contabilidade**. v.1, n. 3, p. 142-160, mar./mai. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/contabilidade/article/view/142/3955>. Acesso em: 18 abr. 2021.

MAIA, Andrea do Socorro Rosa Silva. **Inadimplência e Recuperação de Créditos**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Londrina, Paraná. 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13938/000649712.pdf>. Acesso em: 31 nov. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/mostraucspgga/xvmostrappga/paper/viewFile/4136/1361>. Acesso em: 09 de outubro de 2021.

MARQUES, Adriano Ventura. **Planejamento financeiro nas micro e pequenas empresas, visando a continuidade e a sustentabilidade**. 2008. 135f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios) – Universidade Católica de Santos, 2008.

MENDONÇA, Mário Jorge; SACHSIDA, Adolfo. **Identificando a demanda e a oferta de crédito bancário no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. 38 p.

MORA, Mônica. **A evolução do crédito no brasil entre 2003 e 2010**. 1. ed. Rio de Janeiro: IPEA, 2013. 66 p.

MOSMANN, Gabriela. Descontrole financeiro: saiba como reverter essa situação. **SINO**, 2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/descontrole-financeiro/>. Acesso em: 12 de novembro de 2021.

OLIVEIRA, Donizete Cosme. A importância do planejamento financeiro. **Intellectus**, v. 20, n. 20, p. 75-83, jan./dez. 2012. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/20.210.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2021.

OLIVEIRA, Larissa Tavares; VASSI, Vanderlei Ferreira. Inadimplência: prevenção, controle e cobrança pelo estudo do perfil dos clientes. **Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 21, n. 2, p. 331-345, jul./dez. 2016. Disponível em: [https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/download/3341/2899/](https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/download/3341/2899). Acesso em: 12 nov. 2021.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira. **Metodologia científica**: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Universidade Federal de Goiás. 73 f. Catalão, 2011.

Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômica - OCDE. **OECD's financial OECD**. Improving financial literacy: analysis of issues and policies. 2005. Disponível em: <http://www.oecd.org/finance/financial-education/improvingfinancialliteracyanalysisofissuesandpolicies.html>. Acesso em: 15 nov. 2021.

PEREIRA, André Luís Ferreira. **A importância da educação financeira para o policial militar**. 2013. 59 f. Monografia (Graduação em Formação de Oficiais). Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia, Eunápolis. 2017.

Pesquisa indica que 29% dos servidores federais e estaduais país estão endividados. **Extra**, 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia/emprego/servidor-publico/pesquisa-indica-que-29-dos-servidores-federais-estaduais-pais-estao-endividados-22819846.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

PLANEJAMENTO. In: Michaelis. **Dicionário de Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/planejamento/>. Acesso em 01 dez. 2021.

PROCON-SP. **Guia Informativo - Cartões De Crédito**. 2013. Disponível em: [https://procon.campinas.sp.gov.br/sites/procon.campinas.sp.gov.br/files/arquivos-pesquisa/cartilha%20cartao%20de%20credito%20\\_2\\_.pdf](https://procon.campinas.sp.gov.br/sites/procon.campinas.sp.gov.br/files/arquivos-pesquisa/cartilha%20cartao%20de%20credito%20_2_.pdf). Acesso em: 25 de nov. 2021.

REBOUÇAS, Lailson da Silva; ROCHA, Erika Maia; COSTA, Wenyka Preston Leite Batista. Fatores influenciadores da inadimplência e seus impactos: um estudo nas instituições financeiras. **Revista Gestão e Conhecimento Online**. v. 11 - número 1. Disponível em: <https://facet.br/gc/artigos/completo.php?artigo=118&formato=pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021. Acesso em 01 dez. 2021.

RICHINS, Marsha. Materialism, transformation expectations, and spending: implications for credit use. **Journal of Public Policy & Marketing**, Flórida, v. 30, n. 2, p. 141-156., 2011.

ROBERTS, James; JONES, Eli. Money attitudes, credit card use, and compulsive buying among American college students. **Journal of consumer affairs**, Washington, v. 35, n. 2, p. 213-240, mar./abr. 2001.

SANTANA, Everaldo Ferreira. **Planejamento financeiro pessoal**: reflexos na qualidade de vida e no desempenho profissional do policial militar do maranhão. Monografia (Aperfeiçoamento em Curso de Oficiais) – Polícia Militar do Rio Grande do Norte. 2008.

SANT'ANNA, André Albuquerque; BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues; ARAUJO, Pedro Quaresma. Mercado de crédito no Brasil: evolução recente e o papel do BNDES. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 41-60, jun./ago., 2009.

SANTOS, Edno Oliveira. **Administração financeira da pequena e média empresa**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2001. 280 p.

SANTOS, José Odálio dos. **Finanças pessoais para todas as idades: um guia prático**. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2014. 296p.

SARAIVA, Karla Schuck. Os sujeitos endividados e a Educação Financeira. **Educ. Rev.**, Curitiba, v.33 n. 66, p. 157-173, out./dez. 2017. DOI:10.1590/0104-4060.53867. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/53867>. Acesso em: 25 nov. 2021.

SELLTIZ, Claire. et al. **Coleta de dados**: questionários e entrevistas. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 1967. 203 p.

SERASA EXPERIAN. **Conheça as 7 principais causas de inadimplência no Brasil hoje**. 2018. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/estudos-e-pesquisas/conheca-as-7principais-causas-de-inadimplencia-no-brasil-hoje/>. Acesso em: 24 nov. 2021.

SILVA, José Pereira. **Gestão e análise de risco de crédito**. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 1998. 1945 p.

SIQUEIRA, Rodolffe Prudêncio; LIMA, Aparecida de Fátima Alves. Planejamento e controle financeiro pessoal- estudo de caso entre os bancários de tangará da serra - MT. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, Nova Mutum, v.1, n.1, p. 1-17, jan./jun. 2012. DOI: 10.30681/ruc.v1i1.747. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ruc/article/view/747>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SOUSA, Almir Ferreira de; TORRALVO, Caio Fragata. **Aprenda a administrar o próprio dinheiro**: coloque em prática o planejamento financeiro pessoal e viva com mais liberdade. 1. ed. Unidade: FEA, 2008. 160 p.

SOUTO, Isabella. Dívida faz mal à saúde mental dos inadimplentes, aponta pesquisa. **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br>. Acesso em: 12 nov. 2021.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do servidor público**: uma análise econômica da situação na UnB. 2015. 86 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia), Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18670>. Acesso em: 05 nov. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso extraordinário**: RE 458555 CE. JUS. 2009. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5350418/recursoextraordinario-re-458555-ce-stf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

TORO INVESTIMENTOS. 13 dicas de Controle financeiro pessoal para dominar suas finanças. Toro CTVM Ltda. **Toro Blog**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://blog.toroinvestimentos.com.br/controle-financeiro-pessoal>. Acesso em: 20 nov. 2021.

TRENTO, Airton José. **Crédito e cobrança para micro e pequenas empresas**. 1. ed. Guarapuava: Unicentro, 2009. 22 p.

VILAIN, Juliana Safanelli Bernardes; PEREIRA, Maurício Fernandes. O impacto do status no planejamento financeiro pessoal: estudo de caso com os advogados de Florianópolis, Santa Catarina. **Gest. Planej.**, Salvador, v. 14, n. 3, p. 470-488, set./dez. 2013.

## APÊNDICE

### Questionário

#### Bloco 1- Perfil dos participantes

1) Você trabalha no 9º BPM?

a)  Sim b)  Não

2) Indique a sua faixa etária:

a)  De 18 a 25 anos. b)  De 26 a 35 anos. c)  De 36 a 45 anos. d)  De 46 a 55 anos. e)  Acima de 56 anos.

3) Sexo:

a)  Masculino. b)  Feminino.

4) Estado civil:

a)  Solteiro (a). b)  Casado (a) / União Estável. c)  Separado (a) / Divorciado(a). d)  Viúvo (a). e)  Outro.

5) Qual o nível de sua escolaridade?

a)  Ensino médio completo. b)  Ensino superior incompleto. c)  Ensino superior completo. d)  Mestrado/ Doutorado/ Especialização.

6) Você possui quanto tempo de serviço?

a)  Até 5 anos de serviço. b)  De 6 a 10 anos de serviço. c)  De 11 a 15 anos de serviço. d)  De 16 a 20 anos de serviço. e)  De 21 a 25 anos de serviço. f)  De 26 a 30 anos de serviço. g)  De 31 a 35 anos de serviço. h)  Mais de 35 anos de serviço.

#### Bloco 2 – Educação Financeira e Endividamento

7) Você sabe o que é planejamento financeiro?

a)  Sim. b)  Não.

8) Você já aplicou, aplica ou pretende aplicar o planejamento financeiro em sua vida?

a)  Sim. b)  Não.

9) Em relação a sua saúde financeira, como se encontra atualmente?

a)  Bem financeiramente. b)  Com algumas dívidas. c)  Endividado. d)  Endividamento muito grave.

10) Possui débitos em atraso?

a)  Não tenho. b)  Débito com até 30 dias de atraso. c)  Débito com mais de 2 meses de atraso. d)  Débito com mais de 3 meses de atraso.

11) Quais elementos mais comprometem sua renda mensal?

a)  Elementos essenciais (comida, energia, água, roupas, remédios, combustível).  
b)  Elementos secundários (lazer, viagem, festas). c)  Financiamentos. d)  Outros.

12) Caso utilize o planejamento financeiro em sua vida, como faz para administrar as receitas e despesas?

a)  Crio uma planilha e anoto todos os gastos. b)  Anoto os gastos mais importantes num caderno qualquer. c)  Guardo todos as notas fiscais. d)  Compro apenas no cartão. e)  Não administro.

13) Você consegue cumprir com o planejamento financeiro à risca?

a)  Consigo cumprir à risca. b)  Cumpro as vezes. c)  Dificilmente consigo cumprir. d)  Não cumpro nunca.

14) Quanto da sua renda é destinada a pagar dívidas?

a)  0% a 15% da renda. b)  16% a 30% da renda. c)  31% a 50% da renda. d)  Mais de 51% da renda.

15) Você acha necessário ter o planejamento financeiro nos cursos regulares da polícia militar?

a)  Sim. b)  Não.